

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	94
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
Total	197.467
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	29.464.490	30.255.751
1.01	Ativo Circulante	7.208.786	7.745.460
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	808.180	2.095.811
1.01.02	Aplicações Financeiras	38.438	38.940
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	38.438	38.940
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	38.438	38.940
1.01.03	Contas a Receber	3.152.494	3.138.250
1.01.03.01	Clientes	3.152.494	3.138.250
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.648.986	2.621.373
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	503.508	516.877
1.01.04	Estoques	29.154	29.481
1.01.04.01	Almoxarifado	29.154	29.481
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.003.674	970.890
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.003.674	970.890
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	66.333	53.496
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	937.341	917.394
1.01.07	Despesas Antecipadas	77.520	44.042
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.099.326	1.428.046
1.01.08.03	Outros	2.099.326	1.428.046
1.01.08.03.03	Outros créditos	283.273	256.190
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	1.509.317	906.507
1.01.08.03.05	Serviços em curso	260.693	241.631
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	46.043	23.718
1.02	Ativo Não Circulante	22.255.704	22.510.291
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.218.510	18.330.477
1.02.01.04	Contas a Receber	36.729	36.054
1.02.01.04.01	Clientes	23.899	23.899
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	12.830	12.155
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.604.750	4.664.880
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.604.750	4.664.880
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.577.031	13.629.543
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	811.299	802.277
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	5.997.872	6.177.141
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	5.410.209	5.247.418
1.02.01.10.09	Outros créditos	82.021	80.429
1.02.01.10.10	Ativo financeiro setorial, líquido	476.570	680.881
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	729.324	545.741
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	69.736	95.656
1.02.02	Investimentos	41.250	41.250
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	41.250	41.250
1.02.03	Imobilizado	164.287	178.965
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	164.287	178.965
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	164.287	178.965
1.02.04	Intangível	3.831.657	3.959.599
1.02.04.01	Intangíveis	3.831.657	3.959.599

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.831.657	3.959.599

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	29.464.490	30.255.751
2.01	Passivo Circulante	7.366.901	8.381.670
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	140.474	117.246
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	140.474	117.246
2.01.02	Fornecedores	1.934.960	2.505.707
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.934.960	2.505.707
2.01.03	Obrigações Fiscais	496.705	516.114
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	92.454	75.591
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.960	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	84.494	75.591
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	402.245	439.306
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.006	1.217
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.356.300	1.960.854
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	630.443	1.238.230
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	123.790	1.238.230
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	506.653	0
2.01.04.02	Debêntures	725.857	722.624
2.01.05	Outras Obrigações	3.244.934	3.112.832
2.01.05.02	Outros	3.244.934	3.112.832
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	60.834	60.834
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	2.368	2.555
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	463.223	445.232
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	389.645	359.718
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial, líquido	1.107.866	1.032.194
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.342	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	8.736	8.735
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	358.388	355.807
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	46.817	56.034
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	633	3.000
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	799.082	781.381
2.01.06	Provisões	193.528	168.917
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	191.160	166.715
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	191.160	166.715
2.01.06.02	Outras Provisões	2.368	2.202
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.368	2.202
2.02	Passivo Não Circulante	19.440.719	19.175.043
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.900.896	3.607.533
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	935.509	613.482
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	935.509	613.482
2.02.01.02	Debêntures	2.965.387	2.994.051
2.02.02	Outras Obrigações	14.701.561	14.805.454
2.02.02.02	Outros	14.701.561	14.805.454
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	2.148	2.660
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	6.642.433	6.688.417
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	37.586	27.561

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	34.878	36.714
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	117.578	133.883
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	474.599	532.303
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	705.916	700.833
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	143.701	153.940
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.529.955	6.529.143
2.02.02.02.17	Operação com instrumento derivativo	12.767	0
2.02.04	Provisões	838.262	762.056
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	835.814	759.608
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	835.814	759.608
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	2.656.870	2.699.038
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	956.589	1.127.726
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	171.137
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	759.823	759.823
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	153.542	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	728.467	745.472
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.529.683	-4.522.115

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.332.453	3.663.110
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.744.149	-3.092.758
3.02.01	Custo do serviço	-3.744.149	-3.092.758
3.03	Resultado Bruto	588.304	570.352
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-164.742	-204.738
3.04.01	Despesas com Vendas	-110.708	-104.108
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-107.965	-130.169
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	53.931	29.539
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	423.562	365.614
3.06	Resultado Financeiro	-215.037	-128.709
3.06.01	Receitas Financeiras	140.111	76.164
3.06.02	Despesas Financeiras	-355.148	-204.873
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-354.829	-203.463
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-319	-1.410
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	208.525	236.905
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-71.988	-81.674
3.08.01	Corrente	-7.959	-22.204
3.08.02	Diferido	-64.029	-59.470
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	136.537	155.231
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	136.537	155.231
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,69144	0,78611

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	136.537	155.231
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.568	-24.574
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-11.467	-37.234
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	3.899	12.660
4.03	Resultado Abrangente do Período	128.969	130.657

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-456.688	24.329
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	751.747	669.697
6.01.01.01	Lucro líquido do período	136.537	155.231
6.01.01.02	Depreciação e amortização	172.190	167.005
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	-98.575	0
6.01.01.05	Variações monetárias	-791	21.229
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-107.782	-43.754
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	110.954	104.215
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros riscos	112.945	17.377
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	7.663	17.194
6.01.01.10	Custo de empréstimos e debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	165.918	78.156
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	118.955	111.763
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-82	-353
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	9.915	8.762
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	64.029	59.470
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	4.349	5.473
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	-862	-32.071
6.01.01.18	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	56.384	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-998.053	-344.587
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-120.022	-23.763
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-6.649	-16.520
6.01.02.03	Almoxarifado	327	-6.393
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	437	47
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	159.322	-2.288.836
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-33.478	-20.647
6.01.02.08	Outros créditos	-47.197	-52.919
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	-398.499	115.552
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	23.228	28.627
6.01.02.11	Fornecedores	-615.240	-270.437
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.960	22.204
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	-27.369	-58.588
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	17.968	-56.888
6.01.02.15	Serviços em curso	-19.062	-4.215
6.01.02.16	Encargos setoriais	29.922	-23.127
6.01.02.19	Outras obrigações	11.786	21.309
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18.513	2.290.007
6.01.03	Outros	-210.382	-300.781
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-24.681	-59.392
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-12.751	-2.867
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-134.892	-215.903

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-29.626	-15.434
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-792	78
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-4.349	-5.519
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-3.291	0
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	0	-1.744
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-226.498	-296.519
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-251.970	-200.197
6.02.02	Consumidores participação financeira	18.917	14.507
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-34.123	-31.511
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	35.062	33.744
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-12.960	-113.822
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	18.576	760
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-604.445	176.354
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	250.000	409.997
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-733.171	-219.673
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-19.986	-13.968
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-171.137	-2
6.03.08	Amortizações de operação com instrumento derivativo	69.849	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.287.631	-95.836
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.095.811	1.280.195
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	808.180	1.184.359

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-171.137	0	0	-171.137
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-171.137	0	0	-171.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	136.537	-7.568	128.969
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	136.537	0	136.537
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.568	-7.568
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-11.467	-11.467
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	3.899	3.899
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.005	-17.005	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	25.765	-25.765	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.760	8.760	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	956.589	153.542	-3.801.216	2.656.870

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	155.231	-24.574	130.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	155.231	0	155.231
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-24.574	-24.574
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-37.234	-37.234
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	12.660	12.660
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.241	-17.241	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.123	-26.123	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.882	8.882	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	838.532	172.472	-2.259.086	4.099.873

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	6.550.381	5.704.899
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.544.803	2.735.562
7.01.02	Outras Receitas	3.839.211	2.871.384
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	277.075	202.061
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-110.708	-104.108
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.607.012	-3.033.633
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.085.609	-2.650.939
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-494.009	-354.645
7.02.04	Outros	-27.394	-28.049
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.943.369	2.671.266
7.04	Retenções	-172.189	-167.005
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-172.189	-167.005
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.771.180	2.504.261
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	140.111	76.164
7.06.02	Receitas Financeiras	140.111	76.164
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.911.291	2.580.425
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.911.291	2.580.425
7.08.01	Pessoal	268.870	193.619
7.08.01.01	Remuneração Direta	212.462	129.176
7.08.01.02	Benefícios	46.935	56.564
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.473	7.879
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.143.305	2.024.089
7.08.02.01	Federais	1.102.727	980.772
7.08.02.02	Estaduais	1.035.139	1.035.459
7.08.02.03	Municipais	5.439	7.858
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	362.579	207.486
7.08.03.01	Juros	354.814	203.463
7.08.03.02	Aluguéis	7.765	4.023
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	136.537	155.231
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	136.537	155.231

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

1T21

Enel Distribuição São Paulo

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

30 de abril de 2021

Relações com Investidores

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcantara

Responsável por Relações com Investidores

<http://ri.eneldistribuicaosp.com.br/> | brasil.investorrelations@enel.com

Comentário do Desempenho

São Paulo, 30 de abril de 2021 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2021 (“1T21”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1 DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWG)	10.357	10.671	-2,9%	10.565	-2,0%
Receita Bruta (R\$ mil)	6.661.089	5.809.007	14,7%	6.790.345	-1,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.332.453	3.663.110	18,3%	4.629.530	-6,4%
EBITDA (R\$ mil)	585.259	532.619	9,9%	1.335.214	-56,2%
Margem EBITDA (%)	13,5%	14,5%	-1 p.p.	28,8%	-15,3 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	14,4%	15,4%	-1 p.p.	30,2%	-15,7 p.p.
EBIT (R\$ mil)	423.562	365.614	15,8%	1.166.949	-63,7%
Margem EBIT (%)	9,8%	10,0%	-0,2 p.p.	25,2%	-15,4 p.p.
Lucro Líquido (R\$ mil)	136.537	155.231	-12,0%	724.861	-81,2%
Margem Líquida (%)	3,2%	4,2%	-1,1 p.p.	15,7%	-79,9%
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	3,4%	4,5%	-1,1 p.p.	16,4%	-79,4%
CAPEX (R\$ mil)	253.042	201.318	25,7%	246.046	2,8%
DEC - Horas (12 meses)	7,64	5,69	34,3%	7,52	1,6%
FEC - vezes (12 meses)	3,92	3,21	22,1%	3,83	2,3%
Índice de Arrecadação (YTD)	99,5%	96,9%	2,7 p.p.	98,7%	-0,9 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	10,9%	9,8%	1,1 p.p.	10,6%	-0,2 p.p.
Nº de Consumidores (2)	7.404.400	7.363.447	0,6%	7.454.050	-0,7%
Nº de Colaboradores Próprios (3)	5.500	6.326	-7,6%	5.848	-6,0%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	551	307	79,3%	282	95,4%
PMSO (4)/Consumidor	72,2	52,0	38,9%	-12,4	-682,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	559	288	94,0%	276	102,3%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	13.239	25.537	-48,2%	26.962	-50,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20 (2) Unidades Faturadas | (3) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Operacional

- Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) de 7,64 horas, em comparação a 5,69 horas registrado no 1T21;
- Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) de 3,92 vezes, em comparação a 3,21 vezes registrado em 1T21;

Mercado

- Mercado total registrou contração de 2,9% no 1T21, em comparação ao 1T20, com redução do mercado cativo em 7,1%, principalmente em decorrência dos efeitos da atual pandemia.

Regulatório

- Recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, com o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 2021 a março de 2021.

Financeiro

- EBITDA de R\$ 585,3 milhões no 1T21, 9,9% superior em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior (R\$ 532,6 milhões).
- Lucro líquido de R\$ 136,5 milhões no 1T21, ante um lucro líquido de R\$ 155,2 milhões registrado no 1T20.

Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

DADOS GERAIS

	1T21	1T20	Var. %
Área de Concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.292.233	18.170.745	0,7%
Consumidores (Unid.)	7.404.400	7.363.447	0,6%
Linhas de Distribuição (Km)	44.051	42.005	4,9%
Linhas de Transmissão (Km)	1.835	1.825	0,5%
Subestações (Unid.)	162	162	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	39.188	42.784	-8,4%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	8,51%	8,62%	-0,1 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	8,23%	8,89%	-0,7 p.p.

(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial
 (2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADÉE
 (3) Volume de Energia do Brasil de acordo com Empresa de Pesquisa Econômica - EPE

- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeçica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá

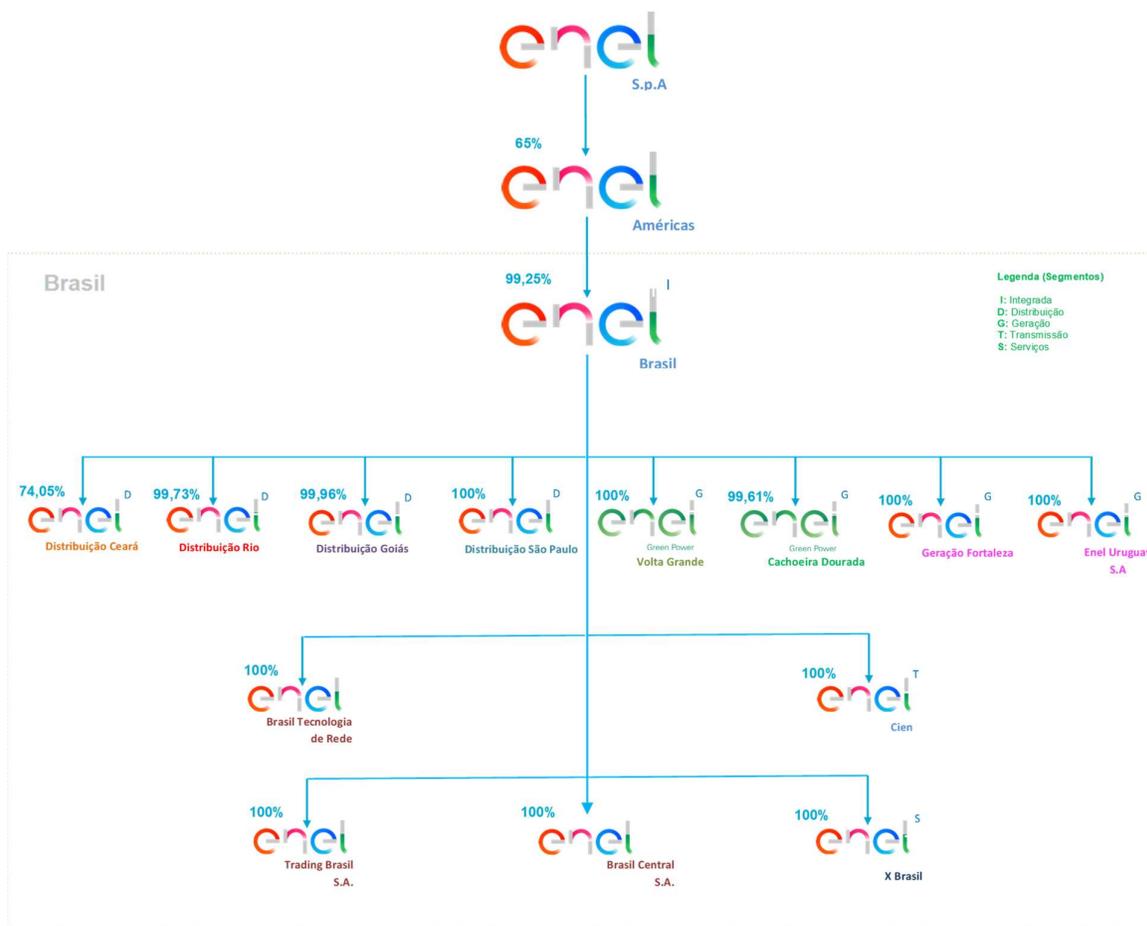


A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A área de concessão, de 4.526 km², com 1.636 unidades consumidoras faturadas por km².

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

ESTRUTURA DE CONTROLE

	ON	%	TOTAL	%
Enel Brasil S.A	197.466.862	100%	197.466.862	100%
Total	197.466.862	100%	197.466.862	100%



Comentário do Desempenho

3 DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Mercado Cativo	7.401.978	7.361.764	0,5%	7.451.811	-0,7%
Residencial	6.955.502	6.905.409	0,7%	7.001.288	-0,7%
Industrial	25.087	25.676	-2,3%	25.318	-0,9%
Comercial	401.164	410.048	-2,2%	404.716	-0,9%
Rural	563	570	-1,2%	571	-1,4%
Setor Público	19.662	20.061	-2,0%	19.918	-1,3%
Clientes Livres	2.422	1.683	43,9%	2.239	8,2%
Industrial	575	479	20,0%	560	2,7%
Comercial	1.788	1.154	54,9%	1.624	10,1%
Setor Público	52	43	20,9%	48	8,3%
Cias Energéticas	7	7	0,0%	7	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.404.400	7.363.447	0,6%	7.454.050	-0,7%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

A Companhia encerrou o 1T21 com um aumento de 0,6%, permanecendo estável em relação à quantidade de unidades consumidoras faturadas no 1T20. Observa-se, no trimestre, forte crescimento da quantidade de clientes livres das classes de consumo industrial e comercial, de 20,0% e 54,9%, respectivamente, em função da migração do ambiente de contratação regulada para o ambiente de contratação livre ("ACL").

Venda de Energia na Área de Concessão¹

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 1T21 em 10.357 GWh, redução de 2,9% em relação ao 1T20.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Mercado Cativo	7.295	7.850	-7,1%	7.602	-4,0%
Clientes Livres	3.062	2.821	8,5%	2.964	3,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	10.357	10.671	-2,9%	10.565	-2,0%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Mercado Cativo

O mercado cativo somou 7.295 GWh no 1T21, o que correspondeu a uma redução de 7,1% comparado ao 1T20. Essa variação explica-se, sobretudo, pelos reflexos da pandemia do Covid-19, incluindo medidas de restrição de atividade vigentes na área de concessão da Enel São Paulo, resultando em significativa redução de consumo, principalmente, nas classes comercial e industrial. Contribuíram também os efeitos da migração de clientes do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") para o ACL.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Residencial	4.185	4.050	3,3%	4.330	-3,3%
Industrial	521	624	-16,6%	633	-17,8%
Comercial	2.068	2.580	-19,8%	2.153	-3,9%
Rural	7	8	-7,2%	8	-10,2%
Setor Público	513	588	-12,7%	477	7,5%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.295	7.850	-7,1%	7.602	-4,0%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Residencial	598	586	2,0%	622	-3,9%
Industrial	20.561	24.316	-15,4%	24.937	-17,5%
Comercial	5.111	6.292	-18,8%	5.266	-2,9%
Rural	12.996	14.225	-8,6%	14.697	-11,6%
Setor Público	25.762	29.307	-12,1%	24.124	6,8%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	986	1.066	-7,6%	1.020	-3,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

¹ Não Inclui Consumo Próprio

Comentário do Desempenho

Cientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 3.062 GWh no 1T21, um aumento de 8,5% quando comparado ao 1T20, reflexo, principalmente, do efeito líquido da migração de clientes. No 1T21, entre migrações ao ACL, retornos ao ACR e novos clientes, foram adicionadas 187 unidades.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Industrial	1.382	1.251	10,4%	1.420	-2,7%
Comercial	1.270	1.152	10,3%	1.152	10,3%
Setor Público	410	418	-2,0%	392	4,6%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	3.062	2.821	8,5%	2.964	3,3%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Industrial	2.403	2.611	-8,0%	2.536	-5,3%
Comercial	710	998	-28,8%	709	0,2%
Setor Público	6.946	8.351	-16,8%	7.121	-2,5%
Média - Transporte per Capita para Clientes Livres	1.264	2.010	-37,1%	1.324	-4,5%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Itaipu	1.912	2.057	-7,0%	2.093	-8,7%
Leilão (1)	7.049	6.948	1,5%	6.698	5,3%
Angra 1 e 2	365	386	-5,5%	390	-6,6%
Proinfa	156	177	-11,6%	211	-25,8%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	9.482,7	9.568,0	-0,9%	9.391,9	1,0%
Liquidação na CCEE	(530)	(235)	125,9%	(306)	72,9%
Total - Compra de Energia	8.953	9.333	-4,1%	9.086	-1,5%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Energia Consumida (GWh)	10.357	10.671	-2,9%	9.790	5,8%
Residencial	4.185	4.050	3,3%	3.942	6,2%
Industrial	521	624	-16,6%	486	7,1%
Comercial	2.068	2.580	-19,8%	1.925	7,4%
Rural	7	8	-7,2%	8	-10,2%
Setor público	513	588	-12,7%	477	7,5%
Clientes Livres	3.062	2.821	8,5%	2.557	19,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.265	1.159	9,1%	1.250	1,2%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	10,6%	9,8%	0,9 p.p.	10,5%	0,1 p.p.

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

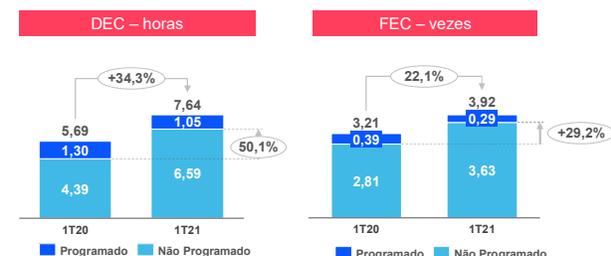
Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
DEC - horas (12 meses)	7,64	5,69	34,3%	7,52	1,6%
FEC - vezes (12 meses)	3,92	3,21	22,1%	3,83	2,3%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,87%	9,77%	1,1 p.p.	10,64%	0,2 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	99,54%	96,85%	2,7 p.p.	98,68%	0,9 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	551	307	79,3%	282	95,4%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	559	288	94,0%	276	102,3%
PMSO (2) / Consumidor	72,2	52,0	38,9%	-12,4	-682,6%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros (3)	13.239	25.537	-48,2%	26.962	-50,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20 | (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros | (3) A diferença entre os trimestres se explica pela padronização do sistema de gestão de parceiros com as demais empresas do grupo.

Qualidade do Fornecimento



Referência Anel - 2020: 7,38 horas / 2021: 7,31 horas | Referência Anel - 2020: 5,13 vezes / 2020: 5,07 vezes

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 1T21, os indicadores foram fortemente impactados pela pandemia do Covid-19, com redução do contingente operacional e impacto na cadeia de

Comentário do Desempenho

suprimento logístico, principalmente em razão de atraso as entregas de materiais e equipamentos. Como ação de contorno, a Companhia tem realizado investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadores telecomandados e automatizados para o restabelecimento de energia, em intensificação das ações de manutenção da rede e podas de árvore, além do desenvolvimento de equipes multifarefas. Adicionalmente, a Companhia incrementou os recursos de atendimento emergencial com equipes adicionais para suprir a redução das equipes de campo.

Disciplina de Mercado (Perdas)²

As perdas totais apuradas os últimos 12 meses foram de 10,87%, sendo divididas entre perdas técnicas (5,16%) e não técnicas (5,71%). Em comparação ao 1T20, as perdas totais apresentaram aumento de 1,02 p.p, decorrente do aumento na agressividade de perdas ocasionada pelo COVID19.

A Companhia tem intensificado suas ações de combate às perdas comerciais para os segmentos de baixa renda com o programa de mapeamento e recadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto na atual legislação.

No 1T21, dentre as iniciativas de combate, destacam-se os seguintes programas: (i) Inspeções de Fraude, cujo objetivo é identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição; (ii) Programa de Recuperação de Instalações Cortadas para recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular; e (iii) Regularização de Ligações Informais (clandestinas), que visa à transformação de consumidores clandestinos em clientes regulares.



Arrecadação



O índice de arrecadação da companhia atingiu 99,54% no 1T21 contra 96,85% do mesmo período do ano anterior, com um aumento de 2,7 p.p, principalmente devido à maior arrecadação com cobranças administrativas e ações para reduzir os níveis de inadimplência. Essas medidas são compostas por campanhas em parceria com empresas de crédito, ações de comunicação, envio massivo de SMS e e-mails das faturas em atraso, incentivando a utilização de meios digitais para pagamento, parcelamento de faturas, além da disponibilização do canal de negociação para liquidação de valores em aberto.

² Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL.
Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

Comentário do Desempenho

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	6.661.089	5.809.007	14,7%	6.971.069	-4,4%
Deduções à Receita Operacional	(2.328.636)	(2.145.897)	8,5%	(2.341.539)	-0,6%
Receita Operacional Líquida	4.332.453	3.663.110	18,3%	4.629.530	-6,4%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (2)	(3.908.891)	(3.297.496)	18,5%	(3.462.581)	12,9%
EBITDA	585.258	532.619	9,9%	1.335.214	-56,2%
Margem EBITDA	13,5%	14,5%	-7,1%	28,8%	-53,2%
EBIT	423.562	365.614	15,8%	1.166.949	-63,7%
Margem EBIT	9,8%	10,0%	-2,0%	25,2%	-61,2%
Resultado Financeiro	(215.037)	(128.709)	67,1%	(165.800)	29,7%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(71.988)	(81.674)	-11,9%	(276.288)	-73,9%
Lucro Líquido	136.537	155.231	-12,0%	724.861	-81,2%
Margem Líquida	3,2%	4,2%	-25,6%	15,7%	-79,9%
Margem Líquida ex-Receita de Construção	3,4%	4,5%	-24,9%	16,4%	-79,4%
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,69	0,79	-12,0%	3,67	-0,81

(1) Variação entre 1T21 e 4T20 | (2) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.544.803	2.735.562	-7,0%	2.548.921	-0,2%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	515.406	446.255	15,5%	510.144	1,0%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.408.192	2.377.085	1,3%	2.500.699	-3,7%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(25.230)	(15.483)	63,0%	(13.057)	93,2%
Receita de Construção	277.075	202.061	37,1%	202.774	36,6%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	207.537	(83.356)	-349,0%	(23.111)	-998,0%
Total - Outras Receitas Originadas com Clientes	3.382.980	2.926.562	15,6%	3.177.449	6,5%
Subvenção de Recursos da CDE	122.740	95.278	28,8%	124.351	-1,3%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	502.784	7.851	6304,1%	781.484	-35,7%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	107.782	43.754	146,3%	158.140	-31,8%
Total - Outras Receitas	733.306	146.883	399,2%	1.063.975	-31,1%
Total - Receita Operacional Bruta	6.661.089	5.809.007	14,7%	6.790.345	-1,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 6,7 bilhões no 1T21, apresentando um incremento de 14,7% quando comparada ao 1T20. Excluindo o efeito do custo de construção, a receita operacional bruta aumentou R\$ 777,1 milhões no 1T21. Esta variação é explicada, principalmente, por:

- (i) maior ativo financeiro setorial líquido no período, em R\$ 494,9 milhões, devido, principalmente à constituição de ativo regulatório no período;
- (ii) aumento de R\$ 100,3 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes dos ajustes tarifários no período, e migração de clientes ao ACL;
- (iii) R\$ 27,5 milhões oriundas da subvenção de recursos da CDE, decorrente dos ajustes das previsões de desconto para o próximo ciclo tarifário, além do impacto pela cobertura tarifária aos clientes de baixa renda, relacionado as medidas aplicadas pelo governo em mitigação aos efeitos da pandemia;
- (iv) aumento de atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 64 milhões, por conta do maior volume de investimentos realizados na área de concessão no período analisados.
- (v) aumento de R\$ 290,9 milhões em receitas originadas de contratos de clientes explicado, principalmente, pelo incremento na receita não-faturada.

Esse efeito foi parcialmente compensado por uma redução de 7%, ou R\$ 190,8 milhões no fornecimento de energia elétrica ao mercado cativo, em razão da pandemia do Covid-19, incluindo medidas de restrição de atividade vigentes na área de concessão da Enel São Paulo, o que reduziu significativamente o consumo.

Comentário do Desempenho

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
ICMS	(1.032.509)	(1.033.411)	-0,1%	(1.061.044)	-2,7%
PIS	(84.121)	(80.596)	4,4%	(88.177)	-4,6%
COFINS	(387.531)	(371.455)	4,3%	(406.175)	-4,6%
ISS	(36)	(46)	-21,7%	(36)	0,0%
Total - Tributos	(1.504.197)	(1.485.508)	1,3%	(1.555.432)	-3,3%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(39.298)	(33.929)	15,8%	(42.395)	-7,3%
Encargo Setorial CDE (2)	(653.878)	(559.887)	16,8%	(559.897)	16,8%
TFSEE (3)	(4.977)	(4.738)	5,0%	(4.977)	0,0%
Encargos do consumidor - PROINFA	(25.865)	(26.172)	-1,2%	(21.154)	22,3%
Encargos do consumidor - CCRBT (4)	(100.421)	(35.663)	181,6%	(157.684)	-36,3%
Total - Encargos Setoriais	(824.439)	(660.389)	24,8%	(786.107)	-3,3%
Total - Deduções da Receita	(2.328.636)	(2.145.897)	8,5%	(2.341.539)	-0,6%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20 | (2) Conta de Desenvolvimento Energético | (3) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (4) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária

As deduções totalizaram R\$ 2,3 bilhões no 1T21, um incremento de 8,5%, ou R\$182,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) maior encargo na rubrica Encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – “CDE” na ordem de 16,8%, ou R\$ 94 milhões, em função do ajuste no valor das quotas de arrecadação estabelecidas pelo regulador; (ii) maior encargo na linha de bandeira tarifária – CCRBT –, em R\$ 64,8 milhões, como resultado da hidrologia do período com o acionamento da bandeira amarela no 1T21; e (iii) maiores despesas com ICMS, PIS/COFINS e ISS, no valor total de R\$ 18,7 milhões, em linha com a maior receita de fornecimento de energia.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Parcela A					
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(2.078.135)	(2.003.186)	3,7%	(2.496.204)	-16,7%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(733.630)	(413.179)	77,6%	(701.663)	4,6%
Total - Não Gerenciáveis	(2.811.765)	(2.416.365)	16,4%	(3.197.867)	-12,1%
Despesas Operacionais					
Pessoal	(267.746)	(184.062)	45,5%	(166.652)	60,7%
Previdência Privada	(1.588)	(6.186)	-74,3%	467.363	n.a
Serviços de Terceiros	(227.621)	(151.277)	50,5%	(146.220)	55,7%
Material	(13.471)	(27.696)	-51,4%	(14.290)	-5,7%
Depreciação e Amortização	(161.697)	(167.005)	-3,2%	(168.265)	-3,9%
PECLD (2)	(110.708)	(104.108)	6,3%	25.452	-535,0%
Custo de Construção	(277.075)	(202.061)	37,1%	(202.774)	36,6%
Provisão para processos judiciais e outros	(12.915)	(25.033)	-48,4%	(11.520)	12,1%
Outras Despesas Operacionais	(24.305)	(13.703)	77,4%	(47.808)	-49,2%
Total - Despesas Operacionais (3)	(658.354)	(512.065)	28,6%	106.325	-719,2%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(3.470.119)	(2.928.430)	18,5%	(3.091.542)	12,2%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20 | (2) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (3) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 3,5 bilhões no 1T21, um aumento de R\$ 541,7 milhões em comparação com o 1T20. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis (Parcela A), de R\$ 395,4 milhões: Os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2,8 bilhões no 1T21, um aumento de 16,4% em comparação ao 1T20 (R\$ 2,4 bilhões). As principais variações devem-se, sobretudo, ao seguinte fator:

- Custo com Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição: aumento de 77,6% ou R\$ 320,5 milhões, em comparação ao 1T20, decorrente, principalmente, de (i) maiores custos encargos com uso da rede básica, no valor de R\$ 66,9 milhões, em função, sobretudo, do reajuste anual das transmissoras; (ii) maiores Encargos do Serviço do Sistema, no valor de R\$ 276 milhões, principalmente pelo maior Encargo de Energia de Reserva (EER); (iii) aumento no custo de transporte de energia Furnas/Itaipu, no valor de R\$ 8,4 milhões. Esses aumentos geraram também incremento em crédito de PIS/COFINS em torno de R\$ 33 milhões.

Aumento no grupo de despesas operacionais (custos gerenciáveis), de R\$ 146,3 milhões, ou 28,6% no 1T21 em comparação ao 1T20, excluindo custo de construção e depreciação e amortização. Esse aumento deve-se, principalmente ao:

Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 79 milhões relacionadas à despesa com Pessoal, como reflexo da provisão para reestruturação organizacional relativa à digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio no valor de R\$ 92,3 milhões, parcialmente compensados por eficiências obtidas em melhorias de processo;
- Aumento de R\$ 76,3 milhões com serviços de terceiros, em função dos gastos com manutenção preventiva e corretiva, além de despesas relacionadas ao combate às perdas e à inadimplência;
- Aumento de R\$ 6,6 milhões relacionado à Provisão Esperada de Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD"), relacionado ao envelhecimento da dívida das classes residencial e comercial;
- Aumento de R\$ 10,6 milhões em outras despesas operacionais, reflexo de aumento no custo com baixa de ativos.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Redução em R\$ 14,2 milhões na rubrica de materiais, uma vez que houve uma despesa, a maior, no 1T20 relacionada à compra de equipamentos de proteção individual para a pandemia do Covid-19;
- Redução de R\$ 12,1 milhões em provisão para processos judiciais, devido à despesa, no 1T20, de multa relacionada à falha de subestação;
- Redução de R\$ 4,6 milhões nas despesas com entidade de previdência privada, por conta da migração parcial de participantes do plano de pensão de benefício definido para contribuição definida, concluída no 4T20.

EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Lucro Líquido do Período	136.537	155.231	-12,0%	724.861	-81,2%
(+) Tributos sobre o Lucro (NE 28)	71.988	81.674	-11,0%	276.288	-73,9%
(+) Resultado Financeiro (NE 27)	215.037	128.709	67,1%	165.800	29,7%
(=) EBIT	423.562	365.614	15,8%	1.166.949	-63,7%
(+) Depreciações e Amortizações	161.697	167.005	-3,2%	168.265	-3,9%
(=) EBITDA	585.259	532.619	9,9%	1.335.214	-56,2%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicações Financeiras	3.263	6.894	-52,7%	6.378	-48,8%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	50.873	28.738	77,0%	59.942	-15,1%
Subvenções governamentais	699	878	-20,4%	757	-7,7%
Atualização de Créditos Tributários	86	262	-67,2%	92	-6,5%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	4.682	8.520	-45,0%	4.818	-2,8%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	1.667	13.911	-88,0%	(1.397)	-219,3%
Atualização Monetária Swap - Debêntures	75.292	12.061	524,3%	75.853	-0,7%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	218	3.465	-93,7%	555	-60,7%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	6.410	3.883	65,1%	5.268	21,7%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(3.079)	(2.448)	25,8%	(3.724)	-17,3%
Total - Receitas Financeiras	140.111	76.164	84,0%	148.542	-5,7%
Despesas Financeiras					
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(41.950)	(45.447)	-7,7%	(31.910)	31,5%
Variações monetárias/Ajustes ao valor de mercado - Debêntures e Empréstimos	(134.002)	(12.058)	1011,3%	(105.292)	27,3%
Subvenções governamentais	(699)	(878)	-20,4%	(759)	-7,9%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(4.349)	(5.473)	-20,5%	(4.645)	-6,4%
Juros Swap - Debêntures e Empréstimos Moeda Estrangeira	(2.300)	-	n.a	5.867	-139,2%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(2.207)	(2.963)	-25,5%	(3.314)	-33,4%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	1.072	1.097	-2,3%	562	90,7%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(7.819)	(7.717)	1,3%	(7.466)	4,7%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(21.894)	(3.891)	462,7%	(19.307)	13,4%
Atualização Acordo Eletrobras	(7.663)	(17.194)	-55,4%	(7.573)	1,2%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(117.182)	(103.305)	13,4%	(121.875)	-3,9%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(1.061)	(1.096)	-3,2%	(1.085)	-2,2%
Outras Despesas Financeiras	(14.775)	(4.538)	225,6%	(17.596)	-16,0%
Total - Despesas Financeiras	(354.829)	(203.463)	74,4%	(314.393)	12,9%
Variações Cambiais	(319)	(1.410)	-77,4%	51	-725,5%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(215.037)	(128.709)	67,1%	(165.800)	29,7%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Comentário do Desempenho

A Companhia registrou no 1T21 uma despesa financeira de R\$ 215 milhões, um montante R\$ 86,3 milhões superior ao resultado financeiro negativo de R\$ 128,7 milhões reconhecido no 1T20.

As principais variações observadas nas rubricas de receitas e despesas financeiras foram: (i) aumento de R\$ 61 milhões com variações monetárias e ajustes ao valor de mercado de debêntures e empréstimos, líquido de atualização monetária de swap – debentures, decorrente, principalmente, de novo empréstimo atrelado a IGP-DI; (ii) aumento de R\$ 18 milhões com atualizações monetárias de processos judiciais; (iii) maior custo dos juros (líquidos) do Plano de Pensão, no valor de R\$ 13,9 milhões decorrente, sobretudo, de atualização atuarial levando ao aumento na base de cálculo dos juros, e da forte alta do índice de reajuste utilizado (IGP-DI) acumulado, que atingiu 8,27% no 1T21, contra 1,69% no 1T20; (iv) efeito negativo da redução de R\$ 12,2 milhões com atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial, relacionado ao processo anual de reajuste tarifário.

Esses efeitos foram compensados pelo(a): (i) aumento em R\$ 22,1 milhões na receita oriunda de atualização monetária sobre contas de energia em atraso; (ii) menor despesa com atualização do acordo com a Eletrobras, em R\$ 9,5 milhões; e (iii) redução de R\$ 3,5 milhões em despesa com encargos de dívidas, que incluem empréstimos, debêntures e mútuos, por conta da menor taxa de juros média do período³.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.959)	(22.204)	n.a	9.977	-179,8%
Contribuição Social Diferida	(16.950)	(15.742)	7,7%	(75.776)	-77,6%
Imposto de Renda Diferido	(47.079)	(43.728)	7,7%	(210.489)	-77,6%
Total	(71.988)	(81.674)	-11,9%	(276.288)	-73,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

No 1T21, as despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram R\$ 72 milhões, uma redução de R\$ 9,7 milhões em relação ao 1T20, explicado pelo menor resultado tributável.

Endividamento

Indicadores de Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.154.819	4.053.935	27,2%	5.452.015	-5,5%
(-) Disponibilidades	(846.619)	(1.187.850)	-28,7%	(2.134.751)	-60,3%
Dívida Líquida	4.308.200	2.866.086	50,3%	3.317.264	29,9%
EBITDA (2)	2.754.943	2.501.728	10,1%	2.702.301	1,9%
Dívida Bruta/EBITDA	1,87	1,62	15,4%	2,02	-7,3%
Dívida Líquida/EBITDA	1,56	1,15	36,5%	1,23	27,4%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta+PL)	0,67	0,50	35,1%	0,67	0,4%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,63	0,41	53,3%	0,55	14,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

(2) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses)

A Dívida Bruta⁴ da Companhia encerrou o 1T21 em R\$ 5.155 milhões, uma redução de R\$ 297 milhões em relação ao 4T20. Essa variação deve-se principalmente às liquidações de dívidas no valor total de R\$ 692 milhões, parcialmente compensadas por novas captações no montante de R\$ 280 milhões, sendo R\$ 250 milhões referente ao empréstimo na modalidade de 4131 para capital de giro realizado em março de 2021 e R\$ 30 milhões referente ao complemento da dívida já existente junto a Fundação CESP (Vivest) relativo ao processo de migração para plano de Contribuição Definida realizado em dezembro de 2020, somados às provisões de encargos e variação monetária no período no montante de R\$ 96 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 17 milhões.

Em relação às liquidações realizadas no 1T21, destacam-se o 1º pagamento de principal referente ao contrato da Fundação CESP (Vivest), no montante de R\$ 249 milhões em 22 de janeiro de 2021, as liquidações das operações na modalidade de 4131 + SWAPs com os bancos Tokio e Scotiabank em 8 e 31 de março de 2021 no montante de R\$ 417 milhões, somado ao pagamento de juros da 23ª emissão de debêntures realizado no mês de março no montante de R\$ 22 milhões.

³ O valor do CDI médio registrado no 1T21 foi de 0,14%, enquanto o CDI médio no 1T20 foi de 0,34%.

⁴ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

Comentário do Desempenho

As disponibilidades fecharam o 1T21 em R\$ 847 milhões, ante R\$ 2.134 milhões no 4T20, devido principalmente as liquidações de obrigações previstas para o primeiro trimestre de 2021. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4.308 milhões no 1T21, um aumento de R\$ 991 milhões em relação ao saldo de R\$ 3.317 milhões do 4T20.

A Companhia encerrou o 1T21 com o custo médio da dívida no período de 7,57% a.a., ou CDI + 5,44% a.a e prazo médio de pagamento de 2,65 anos, considerando a operação com a Vivest. Desconsiderando a dívida com a Vivest, tem-se um custo médio de 2,86% a.a., ou CDI + 0,82% a.a e prazo médio de pagamento de 2,47 anos.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 14 e 15 das Demonstrações Contábeis referentes ao 1T21, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de março de 2021. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas debêntures de emissão da companhia (23ª e 24ª emissão).

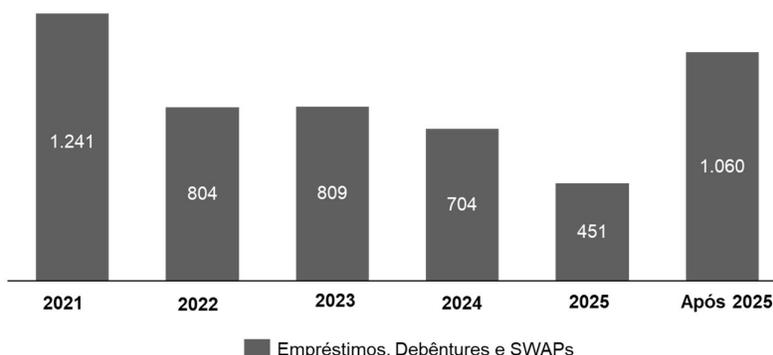
INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)	
	1T21
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	5.154.819
Fundo de Pensão	(196.656)
(-) Disponibilidades	(846.619)
Dívida Líquida	4.111.544
EBITDA (1) (12 meses)	2.754.943
(+)PDD	316.117
(+)Contingências	69.387
(+)Despesas com Funcesp (últimos 12 meses)	(450.043)
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	16.350
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª Emissão	2.706.754
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(57.577)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(16.350)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão	2.632.827

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

Covenant Financeiro

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª Debênture	1,52
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,56

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁵



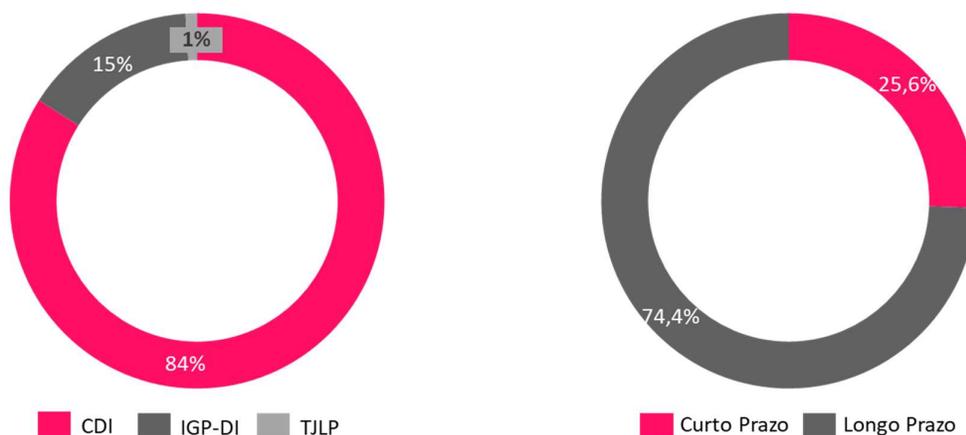
Abertura da Dívida Bruta – Indexadores⁶

Abertura da Dívida Bruta – Curto/Longo Prazo³

⁵ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

⁶ Não considera previdência..

Comentário do Desempenho



Rating da Companhia⁷

Escala	Ratings	Nacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	Estável
Moody's	Aaa	Estável	

Últimas atualizações: Fitch - set/2020; Moody's- set/2020

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Manutenção	133.719	100.148	33,5%	115.249	16,0%
Crescimento	70.061	55.312	26,7%	78.015	-10,2%
Novas Conexões	43.949	41.119	6,9%	47.727	-7,9%
Financiado pela Companhia	247.730	196.580	26,0%	240.991	2,8%
Financiado pelo Cliente	5.312	4.738	12,1%	5.055	5,1%
Total (2)	253.042	201.318	25,7%	246.046	2,8%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20 | (2) Não considera montante de estoque de materiais

No 1T21, a Companhia investiu R\$ 253 milhões, montante 25,7% superior ao registrado no 1T20, alocados, principalmente, em projetos visando à confiabilidade operacional e redução das ocorrências na rede, e crescimento, com reformas de rede para adequar a infraestrutura para maior carga e expansão do sistema. Do total investido, R\$ 247,7 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 5,3 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

5

OUTROS TEMAS

Reajuste Tarifário Anual 2020

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 30 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +15,60% composto por reajuste econômico de +15,27% e componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

⁷ Quadro considera ratings válidos em 31 de Março de 2020.

Comentário do Desempenho

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	2,11%
Energia Comprada	6,77%
Encargos de Transmissão	4,30%
Parcela A	13,18%
Parcela B	2,09%
Reajuste Econômico	
CVA Total	6,27%
Conta Covid	-8,70%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	2,76%
Reajuste Financeiro	
Reajuste Total	15,60%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-11,38%
Efeito para o consumidor	4,23%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 17,50%, representando 13,18% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 3.076 milhões. Um aumento de 11,38%, representando 2,11% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 25,41% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE Uso”);
- Energia Comprada: R\$ 7.753 milhões. O aumento de 14,91% decorre principalmente do aumento dos custos de Itaipu e dos contratos por disponibilidade de energia nova. O aumento do custo de compra de energia representa 6,77% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 2.320 milhões. O aumento de 37,98% decorre principalmente do aumento da Receita Anual Permitida das instalações da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando 4,30% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 8,46%, representando uma participação de 2,09% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 6,66%, no período de 12 meses findos em junho de 2020; e
- Fator X de -1,80 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, previamente definido na 5ª Revisão Tarifária Periódica (“5RTP”) para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,50%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,07%, previamente definido na 5RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 49,4 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 931 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Neutralidade de Encargos Setoriais de R\$ 164,6 milhões, Sobrecontratação de -R\$ 123,6 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 788,9 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à antecipação dos efeitos da conta Covid de -R\$ 1.292 milhões.

Comentário do Desempenho

O reajuste tarifário médio de +4,23% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	6,00%
Baixa Tensão	3,58%
Efeito Médio	4,23%

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

Vale destacar que em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 2021 a março de 2021.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2020 e no 1º trimestre de 2021 podem ser observadas conforme quadros abaixo:

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Verde	Verde	Verde	Vermelha 2							
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Amarela	Amarela									
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36									

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Comentário do Desempenho

Conta Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº 885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da Conta Covid.

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01/02/2021. Vale destacar que em tal fase da consulta a ANEEL discutiu também a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia.

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a ENEL SP tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

Notas Explicativas

Formulário de Informações Trimestrais 31 de março de 2021

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Enel Distribuição São Paulo

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.03.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	808.180	2.095.811
Investimentos de curto prazo	4	38.438	38.940
Consumidores, revendedores e outros	5	2.648.986	2.621.373
Operação com instrumento derivativo	31.1	46.043	23.718
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	66.333	53.496
Outros tributos compensáveis	8	937.341	917.394
Contas a receber - acordos	6	503.508	516.877
Ativo financeiro setorial	11	1.509.317	906.507
Outros créditos		283.273	256.190
Almoxarifado		29.154	29.481
Serviços em curso		260.693	241.631
Despesas pagas antecipadamente		77.520	44.042
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		7.208.786	7.745.460
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, revendedores e outros	5	23.899	23.899
Ativo financeiro setorial	11	476.570	680.881
Operação com instrumento derivativo	31.1	69.736	95.656
Outros tributos compensáveis	8	5.997.872	6.177.141
Tributos e contribuições sociais diferidos	9	4.604.750	4.664.880
Depósitos vinculados	17	811.299	802.277
Contas a receber - acordos	6	12.830	12.155
Outros créditos		82.021	80.429
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	729.324	545.741
Ativo financeiro da concessão	10.2	5.410.209	5.247.418
Investimento		41.250	41.250
Imobilizado arrendado	15	164.287	178.965
Intangível	10.3	3.831.657	3.959.599
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		22.255.704	22.510.291
TOTAL DO ATIVO		29.464.490	30.255.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.03.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	12	1.934.960	2.505.707
Empréstimos e financiamentos	14	630.443	1.238.230
Debêntures	14	725.857	722.624
Obrigações por arrendamentos	15	46.817	56.034
Subvenções governamentais		2.368	2.555
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7.960	-
Outros tributos a pagar	13	488.745	516.114
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		60.834	60.834
Obrigações sociais e trabalhistas		140.474	117.246
Encargos setoriais	18	463.223	445.232
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	8.736	8.735
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	358.388	355.807
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	193.528	168.917
Reserva de reversão		7.342	7.342
Operação com instrumento derivativo	31.1	633	3.000
Outras obrigações		389.645	359.718
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	799.082	781.381
Passivo financeiro setorial	11	1.107.866	1.032.194
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		7.366.901	8.381.670
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	935.509	613.482
Debêntures	14	2.965.387	2.994.051
Obrigações por arrendamentos	15	143.701	153.940
Subvenções governamentais		2.148	2.660
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	6.642.433	6.688.417
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	705.916	700.833
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	838.262	762.056
Encargos setoriais	18	37.586	27.561
Reserva de reversão		34.878	36.714
Operação com instrumento derivativo	31.1	12.767	-
Outras obrigações		117.578	133.883
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	6.529.955	6.529.143
Passivo financeiro setorial	11	474.599	532.303
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		19.440.719	19.175.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21.3	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21.5	(3.801.216)	(3.776.643)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro	21.4	-	171.137
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		759.823	759.823
Lucros acumulados		153.542	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.656.870	2.699.038
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.464.490	30.255.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.03.2021	31.03.2020
Receita líquida	23	4.332.453	3.663.110
Custo do serviço	24	(3.744.149)	(3.092.758)
Lucro bruto		588.304	570.352
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas com vendas	24	(110.708)	(104.108)
Despesas gerais e administrativas	24	(107.965)	(130.169)
Outras receitas e despesas operacionais	24	53.931	29.539
Total (despesas) receitas operacionais		(164.742)	(204.738)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		423.562	365.614
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	140.111	76.164
Despesas financeiras	27	(354.829)	(203.463)
Variações cambiais, líquidas	27	(319)	(1.410)
Total do resultado financeiro		(215.037)	(128.709)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		208.525	236.905
Imposto de renda e contribuição social			
Contribuição social	28	(2.160)	(5.997)
Imposto de renda	28	(5.799)	(16.207)
Contribuição social diferida	9.4/27	(16.950)	(15.742)
Imposto de renda diferido	9.4/27	(47.079)	(43.728)
Total dos tributos sobre o lucro		(71.988)	(81.674)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		136.537	155.231
Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária	22.1	0,69144	0,78611

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2021	31.03.2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	136.537	155.231
Outros resultados abrangentes:		
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(11.467)	(37.234)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	3.899	12.660
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	128.969	130.657

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital				Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
	Capital social	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.079.525	2.267.883	547	(2.217.271)	196.766	171.137	470.629	-	3.969.216
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	155.231	155.231
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(37.234)	-	-	-	-	(37.234)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	12.660	-	-	-	-	12.660
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(26.123)	-	-	-	26.123	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	8.882	-	-	-	(8.882)	-
Saldos em 31 de março de 2020	3.079.525	2.267.883	547	(2.259.086)	196.766	171.137	470.629	172.472	4.099.873
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	2.267.883	547	(3.776.643)	196.766	171.137	759.823	-	2.699.038
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	136.537	136.537
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(11.467)	-	-	-	-	(11.467)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	3.899	-	-	-	-	3.899
<u>Transações com os acionistas:</u>									
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	(171.137)	-	-	(171.137)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(25.765)	-	-	-	25.765	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	8.760	-	-	-	(8.760)	-
Saldos em 31 de março de 2021	3.079.525	2.267.883	547	(3.801.216)	196.766	-	759.823	153.542	2.656.870

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2021	31.03.2020
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	136.537	155.231
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	172.190	167.005
Variações monetárias	(791)	21.229
Variações cambiais - instrumento derivativo	(98.575)	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(107.782)	(43.754)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	110.954	104.215
Provisões para processos judiciais e outros riscos	112.945	17.377
Atualização acordo Eletrobras	7.663	17.194
Custo de empréstimos e debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	165.918	78.156
Juros sobre obrigações de arrendamento	4.349	5.473
Juros sobre operação com instrumento derivativo	(862)	(32.071)
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	56.384	-
Benefícios pós-emprego	118.955	111.763
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(82)	(35)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	9.915	8.762
Tributos e contribuições sociais diferidos	64.029	59.470
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(120.022)	(23.763)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	437	47
Outros tributos compensáveis	159.322	(2.288.836)
Almoxarifado	327	(6.393)
Serviços em curso	(19.062)	(4.215)
Contas a receber - acordos	(6.649)	(16.520)
Despesas pagas antecipadamente	(33.478)	(20.647)
Outros créditos	(47.197)	(52.919)
Ativo financeiro setorial	(398.499)	115.552
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(615.240)	(270.437)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.960	22.204
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18.513	2.290.007
Outros tributos a pagar	(27.369)	(58.588)
Obrigações sociais e trabalhistas	23.228	28.627
Encargos setoriais	29.922	(23.127)
Outras obrigações	11.786	21.309
Passivo financeiro setorial	17.968	(56.888)
	(246.306)	325.110
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(24.681)	(59.392)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(4.349)	(5.519)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(3.291)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(12.751)	(2.867)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(134.892)	(215.903)
Pagamento de processos judiciais e outros	(29.626)	(15.434)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-	(1.744)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(792)	78
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	(456.688)	24.329
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(251.970)	(200.197)
Consumidores participação financeira	18.917	14.507
Aplicações em investimento de curto prazo	(34.123)	(31.511)
Resgates de investimento de curto prazo	35.062	33.744
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(12.960)	(113.822)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	18.576	760
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(226.498)	(296.519)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	250.000	409.997
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(733.171)	(219.673)
Amortizações de operação com instrumento derivativo	69.849	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	(19.986)	(13.968)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(171.137)	(2)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos	(604.445)	176.354
Variação no caixa líquido da Companhia	(1.287.631)	(95.836)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.095.811	1.280.195
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	808.180	1.184.359

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2021	31.03.2020
1. RECEITAS	6.550.381	5.704.899
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	6.661.089	5.809.007
Fornecimento de energia elétrica	2.544.803	2.735.562
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	3.105.905	2.724.502
Outras receitas	733.306	146.882
Receita relativa à construção de ativos próprios	277.075	202.061
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(110.708)	(104.108)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.607.012)	(3.033.633)
Materiais	(157.310)	(117.953)
Outros custos operacionais	(27.394)	(28.049)
Custo da energia comprada e transmissão	(3.085.609)	(2.650.939)
Serviços de terceiros	(336.699)	(236.692)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.943.369	2.671.266
4. RETENÇÕES	(172.189)	(167.005)
Depreciação e amortização	(172.189)	(167.005)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.771.180	2.504.261
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	140.111	76.164
Receitas financeiras	140.111	76.164
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.911.291	2.580.425
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.911.291	2.580.425
<u>Empregados (Colaboradores)</u>	268.870	193.619
Salários e encargos	192.865	109.546
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	19.597	19.630
Benefícios	46.935	56.564
FGTS	9.473	7.879
<u>Tributos (Governo)</u>	2.143.305	2.024.089
<u>Federais</u>	278.288	320.383
Imposto de renda e contribuição social	71.988	81.674
COFINS	148.206	173.380
PIS	32.163	37.593
INSS	17.615	18.794
Encargos sociais - Outros	8.316	8.942
<u>Estaduais</u>	1.035.139	1.035.459
ICMS	1.032.509	1.033.517
Outros	2.630	1.942
<u>Municipais</u>	5.439	7.858
ISS	36	46
IPTU	5.384	7.795
Outros	19	17
<u>Encargos setoriais</u>	824.439	660.389
CDE - Conta de desenvolvimento energético	653.878	559.887
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	39.298	33.929
Encargos do consumidor - PROINFA	25.865	26.172
Encargos do consumidor - CCRBT	100.421	35.663
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.977	4.738
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	362.579	207.486
Juros	354.814	203.463
Aluguéis	7.765	4.023
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	136.537	155.231
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(17.005)	(17.241)
Lucros retidos	153.542	172.472

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil adota o trabalho remoto há alguns anos e conforme a pandemia por COVID-19 persiste, o trabalho remoto é intensificado. A Companhia decidiu estender o trabalho remoto até que a pandemia chegue ao fim.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo; apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19 serão mantidas.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

Ao término do primeiro trimestre de 2021, a Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, substancialmente explicado pela crise financeira, deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da persistência da pandemia da COVID-19. Com base no agravamento da pandemia no Brasil, diversos estados e municípios intensificaram políticas de distanciamento social, culminando no fechamento de diversos setores da economia ao longo dos primeiros três meses de 2021.

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021, que determina a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais), tal impedimento perdurará até 30 de junho de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa 928 não impede e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março/2021 (REN 928/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos sejam honrados até Dez/21 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 por autoridades competentes locais:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Fechamento das lojas: exigido reforço nos canais de atendimento eletrônico e telefônico;
- Fechamento de postos de arrecadação: impedido o corte e cobrança de juros de multas de unidades afetadas;
- Impedimento de realização de leitura presencial: definido pelo faturamento pela média, afastada devolução em dobro;
- Impossibilidade de envio da fatura impressa: impedido o corte por inadimplência e permitido o envio por outras vias.

Tais medidas vigorarão até 30 de junho de 2021, podendo ser prorrogada ou antecipada conforme evolução do cenário de pandemia no Brasil.

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, e os recursos da conta serão originados por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso será a CCEE, que posteriormente fará o repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologará o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 1.389.232, que foi integralmente recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da Conta Covid.

Portanto, o reconhecimento do ativo financeiro setorial ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador, e, por este motivo, a Companhia não reconheceu o ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir do respectivo processo tarifário de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. No caso da Enel São Paulo, o encargo anual é do valor de R\$ 556.621, definido por meio do Despacho nº 939/2021. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Perspectiva econômico-financeiro

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

Em 30 de abril de 2021, a Diretoria Executiva autorizou a emissão das presentes informações financeiras intermediárias.

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2021 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.3 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.4 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Todos os valores apresentados nestas informações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 23 de fevereiro de 2021, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional de contabilidade IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores, através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. O *International Accounting Standards Board* (IASB) previa a concessão do aluguel até junho de 2021, porém, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, decidiu-se prorrogar o prazo para junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

3.2 Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

A segunda fase da Reforma do Referencial de Taxa de Juros foi publicada pelo IASB, finalizando sua resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações visam auxiliar as entidades a fornecerem aos investidores informações úteis sobre os efeitos da reforma em suas demonstrações financeiras.

As principais alterações nesta fase final podem ser resumidas da seguinte forma:

3.2.1 Mudanças nos fluxos de caixa contratuais:

Como expediente prático, a entidade deve aplicar o parágrafo B5.4.5 do CPC 48 para considerar essa mudança e atualizar a taxa de juros efetiva do ativo ou passivo financeiro. Para fins deste expediente prático, uma mudança é resultante da reforma se:

- necessária em consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base imediatamente anterior.

Se houver outras mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais, a entidade deve aplicar primeiro o expediente prático e depois os outros requerimentos do CPC 48.

3.2.2 Requisitos de *hedge accounting*

Quando a entidade deixar de aplicar as alterações introduzidas pela fase 1 do projeto para uma relação de *hedge*, ela deverá aplicar as seguintes exceções à respectiva relação de *hedge*:

- a entidade deve atualizar a designação formal da relação de *hedge* para refletir as mudanças da reforma. Essa alteração precisa ser feita ao final do período do reporte e não resulta na descontinuidade da contabilização de *hedge* ou na designação de uma nova relação de *hedge*;
- quando um item protegido de um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças da reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge*
- de fluxo de caixa deve ser baseado na taxa de referência alternativa pela qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados. Uma exceção similar é concedida para uma relação de *hedge* de fluxo de caixa cuja contabilização de *hedge* foi descontinuada;
- quando um grupo de itens é designado como item protegido e um item deste grupo é alterado para refletir as mudanças da reforma, a entidade deve separar os itens protegidos em subgrupos com base na taxa de referência que está sendo protegida, e designar a taxa de referência para cada subgrupo como risco protegido. A entidade deve avaliar cada subgrupo

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

separadamente para determinar se o subgrupo é elegível para ser um item protegido. Se um subgrupo não for elegível para ser um item protegido, a contabilização de *hedge* deve ser descontinuada prospectivamente em sua totalidade.

- se uma entidade possui expectativa razoável de que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável em um período de 24 meses, a entidade pode designar a referida taxa como um componente de risco não especificado contratualmente, mesmo que não seja separadamente identificável na data de designação.
- ao realizar uma avaliação retrospectiva da efetividade do *hedge* de acordo com o CPC 38, a entidade pode, novamente, determinar as alterações de valor justo acumuladas do item protegido e do instrumento de *hedge* para zero imediatamente após deixar de aplicar a concessão da fase 1 do projeto. Esta exceção pode ser aplicada individualmente por cada *hedge*.

3.2.3 Divulgações

Para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam os efeitos da reforma sobre os instrumentos financeiros e na estratégia de gestão de riscos da entidade, as divulgações adicionais podem ser necessárias:

- como a entidade gerencia a transição para taxas de referência alternativas, incluindo informações sobre os riscos aos quais está exposta devido à transição e o estágio da transição na data das demonstrações financeiras;
- informações quantitativas sobre instrumentos financeiros indexados por taxas de referência a serem substituídas devido à reforma no final do período de reporte.
- a extensão em que sua estratégia de gestão de riscos foi alterada devido aos riscos identificados na transição.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa:	Nota	31.03.2021	31.12.2020
Numerário disponível		4.588	25.400
Numerário em trânsito		99.813	106.415
CDB-DI	4.1	703.779	1.963.996
Total		808.180	2.095.811

Investimentos de curto prazo:		31.03.2021	31.12.2020
CDB-DI	4.2	38.438	38.940
Total		38.438	38.940
Total geral		846.618	2.134.751

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 4.1 Os pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos e de dividendos realizados no trimestre findo em 31 de março de 2021 impactaram na redução de equivalentes de caixa.
- 4.2 O saldo de R\$ 38.438 está principalmente relacionado, pela decisão judicial mencionada na nota explicativa nº 17.2, que determinou o bloqueio de parte dos investimentos da Companhia.

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

	A vencer		Vencidos			Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 31.03.2021
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	421.981	480.835	111.817	157.780	786.556	1.958.969	(834.239)	1.124.730
Industrial	46.332	31.406	4.997	8.921	63.478	155.134	(53.398)	101.736
Comercial	197.945	73.367	11.999	24.348	72.720	380.379	(89.563)	290.816
Rural	222	115	1	17	153	508	(204)	304
Poderes públicos	38.687	11.292	773	587	2.056	53.395	(1.158)	52.237
Iluminação pública	2.909	1.896	124	23	17	4.969	(46)	4.923
Serviço público	33.985	355	45	43	94	34.522	(2.371)	32.151
Serviço cobráveis	66	741	143	4	7	961	(135)	826
Encargos de uso da rede	3.690	-	-	134	11	3.835	-	3.835
Fornecimento não faturado	1.018.288	-	-	-	-	1.018.288	(8.826)	1.009.462
Participação financeira do consumidor	-	3.597	70	46	238	3.951	-	3.951
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	24.015	-	-	-	-	24.015	-	24.015
TOTAL - CIRCULANTE	1.788.120	603.604	129.969	191.903	925.330	3.638.926	(989.940)	2.648.986
NÃO CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.788.120	603.604	129.969	191.903	949.409	3.663.005	(990.120)	2.672.885

	A vencer		Vencidos			Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 2020
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	492.576	447.276	133.132	143.691	763.587	1.980.262	(810.889)	1.169.373
Industrial	52.728	32.655	5.290	8.768	63.502	162.943	(51.620)	111.323
Comercial	226.688	68.721	14.667	24.899	69.259	404.234	(84.871)	319.363
Rural	253	149	27	60	127	616	(186)	430
Poderes públicos	37.452	9.846	609	562	1.974	50.443	(762)	49.681
Iluminação pública	3.314	1.027	13	15	14	4.383	(27)	4.356
Serviço público	39.716	414	3	2	90	40.225	(181)	40.044
Serviço cobráveis	235	601	100	5	6	947	(102)	845
Encargos de uso da rede	3.679	-	10	134	-	3.823	-	3.823
Fornecimento não faturado	894.754	-	-	-	-	894.754	(7.095)	887.659
Participação financeira do consumidor	3.942	89	63	94	198	4.386	-	4.386
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	30.090	-	-	-	-	30.090	-	30.090
TOTAL - CIRCULANTE	1.785.427	560.778	153.914	178.230	898.757	3.577.106	(955.733)	2.621.373
NÃO CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.785.427	560.778	153.914	178.230	922.836	3.601.185	(955.913)	2.645.272

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Consumidores		793.042	793.959
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(289.534)	(277.082)
Saldo líquido de PECLD		503.508	516.877
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores		16.262	15.134
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(3.432)	(2.979)
Saldo líquido de PECLD		12.830	12.155
Total circulante + não circulante		516.338	529.032

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, geradas principalmente em função da deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19.

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 31.03.2021
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	357.636	100.213	351.455	809.304
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(14.763)	(19.652)	(258.551)	(292.966)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	342.873	80.561	92.904	516.338

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2020	Provisões	Perda	Saldo final 31.03.2021
Consumidores	5	(955.913)	(92.409)	58.202	(990.120)
Contas a receber - acordos	6	(280.061)	(19.343)	6.438	(292.966)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(7.470)	1.479	246	(5.745)
Outros créditos		(4.464)	(681)	-	(5.145)
Total		(1.247.908)	(110.954)	64.886	(1.293.976)
Circulante		(1.244.749)			(1.290.364)
Não circulante		(3.159)			(3.612)
Total		(1.247.908)			(1.293.976)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2019	Provisões/ reversões	Perda	Saldo final 31.03.2020
Consumidores	(911.380)	(86.231)	30.917	(966.694)
Contas a receber - acordos	(224.694)	(16.914)	2.245	(239.363)
Outros créditos - Multa rescisão contratual	(3.939)	299	269	(3.371)
Outros créditos	(1.543)	(1.369)	-	(2.912)
Total	(1.141.556)	(104.215)	33.431	(1.212.340)
Circulante	(1.139.644)			(1.210.595)
Não circulante	(1.912)			(1.745)
Total	(1.141.556)			(1.212.340)

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2021	31.03.2020
(Provisão)/Reversão	(110.954)	(104.215)
Receita com recuperação de perdas	246	107
	(110.708)	(104.108)

O aumento da provisão está principalmente relacionado ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) - vide nota explicativa nº 1.1.

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo a retomada do corte de fornecimento de energia. Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber será recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Contribuição social		12.833	12.321
Imposto de renda	8.1	34.389	34.317
Imposto de renda retido na fonte	8.2	19.111	6.858
Total		66.333	53.496
Outros tributos compensáveis			
		31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	799.380	781.381
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		102.008	101.178
ICMS - Compra de créditos		750	1.500
COFINS		27.861	26.327
PIS		7.282	6.948
INSS		60	60
Total		937.341	917.394
NÃO CIRCULANTE			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	5.927.343	6.107.700
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		70.529	69.441
Total		5.997.872	6.177.141
Total		6.935.213	7.094.535

8.1 O saldo de R\$34.389 em 31 de março de 2021, é composto principalmente pela antecipação do imposto de renda apurado em março de 2020. Por ter apresentado prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2020, tais antecipações estarão disponíveis para futuras compensações, após a entrega da declaração de imposto de renda, a ser realizada em 2021.

8.2 O aumento nos períodos apresentados deve-se, principalmente, pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos ocorridas no trimestre findo em 31 de março de 2021.

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	2.613.668	2.655.884
Benefício fiscal das incorporações	9.3	1.991.082	2.008.996
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		4.604.750	4.664.880

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

Nota	Balanço patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	2.083.192	2.121.758	(38.566)	(37.895)	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	331.776	297.500	34.276	5.852	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	88.132	80.850	7.282	12.522	-	-
Provisão para materiais e serviços	41.510	34.101	7.409	18	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	798.395	807.151	(8.756)	(14.568)	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	62.079	82.773	(20.694)	(20.693)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	50.931	52.687	(1.756)	(1.756)	-	-
Provisão programa de saída voluntária (PSV) / incentivo à aposentadoria (PIA)	-	-	-	(3)	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	38.751	37.513	1.238	1.432	-	-
Arrendamento mercantil	6.649	2.594	4.055	248	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	5.233	1.334	-	-	3.899	12.660
Outros	28.752	27.900	852	19.176	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	3.535.400	3.546.161	(14.660)	(35.667)	3.899	12.660
Tributos diferidos passivos:						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	21.4	(375.272)	(384.032)	8.760	8.882	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(434.365)	(397.719)	(36.646)	(14.875)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(44.735)	(43.630)	(1.105)	(2.263)	-	-
Swap	(43.266)	(40.900)	(2.366)	-	-	-
Outros	(24.094)	(23.996)	(98)	2.369	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	(921.732)	(890.277)	(31.455)	(5.887)	-	-
Ativo fiscal diferido, líquido	2.613.668	2.655.884	(46.115)	(41.554)	3.899	12.660
Realização do benefício fiscal das incorporações			(17.914)	(17.916)		
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(64.029)	(69.470)		

9.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”) - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A (“Enel Sudeste”) - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	31.03.2021		31.12.2020	
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(190.537)	125.754	(64.783)	(60.972)
Subtotal	325.033	(214.521)	110.512	114.323
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(113.847)	75.139	(38.708)	(36.431)
Subtotal	194.211	(128.180)	66.031	68.308
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558	1.881.558
Amortização acumulada	(194.505)	127.486	(67.019)	(55.193)
Subtotal	5.955.812	(4.141.273)	1.814.539	1.826.365
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.475.056	(4.483.974)	1.991.082	2.008.996

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	31.03.2021	31.03.2020
Saldo inicial	4.664.880	4.327.475
Impacto no resultado do período	(64.029)	(59.470)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	3.899	12.660
Saldo final	4.604.750	4.280.665

A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2021, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

10. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
Ativo contratual	10.1	729.324	545.741
Ativo financeiro da concessão	10.2	5.410.209	5.247.418
Intangível			
Ativo intangível da concessão	10.3	3.831.657	3.959.599
Total dos contratos de concessão público - privado		9.971.190	9.752.758

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 26) a uma taxa média de 6,81% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2021

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(5,96% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2020), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2019		590.439	(123.876)	466.563
Adições		216.525	(14.507)	202.018
Transferências para intangível da concessão	10.3	(47.246)	1.233	(46.013)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(74.358)	2.655	(71.703)
Saldos em 31 de março de 2020		685.360	(134.495)	550.865
Saldos em 31 de dezembro de 2020		687.915	(142.174)	545.741
Adições		295.992	(18.917)	277.075
Transferências para intangível da concessão	10.3	(35.657)	1.354	(34.303)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(62.673)	3.484	(59.189)
Saldos em 31 de março de 2021		885.577	(156.253)	729.324

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	31.03.2021	31.03.2020
Saldo inicial		5.247.418	4.532.124
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	59.189	71.703
Baixas	26	(4.180)	(1.754)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	107.782	43.754
Saldo final		5.410.209	4.645.827

10.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	31.03.2021	31.12.2020
Ativo intangível - custo	8.029.966	8.015.392
Amortização acumulada	(4.198.309)	(4.055.793)
Total do ativo intangível da concessão	3.831.657	3.959.599

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2019		8.701.147	(941.106)	7.760.041	(3.519.535)	4.240.506
Adições		702	-	702	(166.729)	(166.027)
Baixas		(11.354)	-	(11.354)	4.346	(7.008)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	15.243	15.243
Transferências do ativo contratual	10.1	47.246	(1.233)	46.013	-	46.013
Saldos em 31 de março de 2020		8.737.741	(942.339)	7.795.402	(3.666.675)	4.128.727
Saldos em 31 de dezembro de 2020		8.972.766	(957.374)	8.015.392	(4.055.793)	3.959.599
Adições		471	-	471	(172.753)	(172.282)
Baixas		(20.200)	-	(20.200)	14.465	(5.735)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	15.772	15.772
Transferências do ativo contratual	10.1	35.657	(1.354)	34.303	-	34.303
Saldos em 31 de março de 2021		8.988.694	(958.728)	8.029.966	(4.198.309)	3.831.657

11. Ativo e passivo financeiro setorial

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2020	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Saldos em 31.03.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
									Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais												
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA	872.776	434.297	49.533	(123.920)	4.335	1.237.021	1.316.082	(79.061)	1.276.451	415.544	(374.455)	(80.519)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	891.362	302.310	-	-	4.183	1.197.855	1.197.855	-	908.543	302.849	(10.154)	(3.383)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(4.770)	13.579	2.207	-	35	11.051	13.024	(1.973)	9.768	3.256	(1.973)	-
Transporte de energia pela rede básica	(16.553)	(1.692)	(568)	-	(87)	(18.900)	(18.514)	(386)	-	-	(14.271)	(4.629)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	14.710	5.661	842	-	73	21.286	22.657	(1.371)	16.993	5.664	(1.371)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.515	93.981	(17.425)	-	431	113.502	98.560	14.942	88.862	24.640	-	-
Custos de Aquisição de Energia	(185.821)	(170.109)	73.186	(41.463)	(820)	(325.027)	(219.877)	(105.150)	70.625	23.541	(346.686)	(72.507)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	137.333	190.567	(8.709)	(82.457)	520	237.254	222.377	14.877	181.660	55.594	-	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(849.885)	(129.529)	148.483	-	(2.668)	(833.599)	(515.344)	(318.255)	232.866	61.026	(733.411)	(394.080)
Neutralidade da Parcela A	44.619	6.123	(28.742)	-	(353)	21.847	(8.022)	29.669	29.668	-	(6.016)	(2.005)
Sobrecontratação de energia	106.709	73.774	30.893	-	840	212.216	244.106	(31.890)	183.080	61.026	(31.890)	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(182.119)	-	18.212	-	-	(163.907)	-	(163.907)	-	-	(72.847)	(91.060)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(131.769)	(18.407)	-	-	(701)	(150.877)	(150.877)	-	-	-	-	(150.877)
Risco hidrológico	(681.469)	(190.400)	147.598	-	(2.227)	(726.498)	(580.156)	(146.342)	-	-	(581.459)	(145.039)
Outros	(5.856)	(619)	(19.478)	-	(227)	(26.180)	(20.395)	(5.785)	20.118	-	(41.199)	(5.099)
Total	22.891	304.768	198.016	(123.920)	1.667	403.422	800.738	(397.316)	1.509.317	476.570	(1.107.866)	(474.599)
Ativo (passivo) financeiro setorial									1.509.317	476.570	(1.107.866)	(474.599)

11.1 O aumento no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente ao aumento da taxa de câmbio (dólar médio), que no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 5,70, enquanto o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,25.

11.2 O diferimento passivo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente (i) a redução do risco hidrológico, devido ao cenário hidrológico do SIN (Sistema Interligado Nacional) favorável no período e ao aumento da garantia física combinada com a redução do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

11.3 O diferimento ativo de encargos do serviço do sistema é devido pela baixa hidrologia, onde houve um maior despacho fora de ordem de mérito e importação de compra de energia dos países Argentina e Uruguai.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31.12.2019	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Saldos em 31.03.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
									Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais												
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA	1.551.242	364.487	(396.946)	(80.426)	13.593	1.451.950	1.003.775	448.175	1.511.785	305.679	(314.933)	(50.581)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	455.850	306.641	-	-	4.516	767.007	767.007	-	575.255	191.752	-	-
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	13.945	(18.663)	(6.447)	-	(40)	(11.205)	(18.402)	7.197	-	-	(6.604)	(4.601)
Transporte de energia pela rede básica	92.360	23.887	(17.424)	-	880	99.703	81.220	18.483	79.398	20.305	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	25.644	4.884	(5.146)	-	242	25.624	19.672	5.952	20.706	4.918	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	192.433	47.237	(76.830)	-	2.081	164.921	80.195	84.726	144.872	20.049	-	-
Custos de Aquisição de Energia	1.160.833	78.008	(424.100)	(80.426)	9.281	743.596	258.007	485.589	691.554	68.655	(16.613)	-
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(389.823)	(77.507)	133.001	-	(3.367)	(337.696)	(183.924)	(153.772)	-	-	(291.716)	(45.980)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(978.593)	(114.353)	154.663	-	318	(937.965)	(564.905)	(373.060)	95.011	24.719	(665.164)	(392.531)
Neutralidade da Parcela A	34.761	14.585	1.176	-	380	50.902	52.115	(1.213)	37.873	13.029	-	-
Sobrecontratação de energia	(258.568)	19.488	57.041	-	(1.365)	(183.404)	(124.523)	(58.881)	-	-	(152.273)	(31.131)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(254.967)	-	18.212	-	-	(236.755)	-	(236.755)	-	-	(72.848)	(163.907)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(64.736)	(18.065)	-	-	(770)	(83.571)	(83.571)	-	-	-	-	(83.571)
Risco hidrológico	(500.361)	(149.671)	99.614	-	(3.547)	(553.965)	(455.685)	(98.280)	-	-	(440.043)	(113.922)
Outros	65.278	19.310	(21.380)	-	5.620	68.828	46.759	22.069	57.138	11.690	-	-
Total	572.649	250.134	(242.283)	(80.426)	13.911	513.985	438.870	75.115	1.606.796	330.398	(980.097)	(443.112)
Ativo (passivo) financeiro setorial									1.606.796	330.398	(980.097)	(443.112)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 31.1.1.

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Itaipu		466.095	611.031
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	12.1	81.521	481.984
Suprimento de energia elétrica		526.678	612.558
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	29.1	3.464	3.563
Energia livre		62.681	62.380
Encargos de uso de rede elétrica		334.607	348.766
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	29.1	1.105	1.209
Total energia		1.476.151	2.121.491
Materiais e serviços		359.895	300.310
Materiais e serviços - partes relacionadas	29.1	98.914	83.906
Total Fornecedores		1.934.960	2.505.707

- 12.1 A redução do saldo a pagar no âmbito da CCEE está principalmente relacionada à melhora do cenário hidrológico, impactando em maior custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.

13. Tributos a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar:	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		
Imposto de renda	5.799	-
Contribuição social	2.161	-
Total	7.960	-
Outros tributos a pagar:	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		
Tributos Federais		
PIS	11.529	10.408
COFINS	53.102	47.942
INSS	10.118	9.258
IRRF	4.278	950
Outros	5.467	7.033
Subtotal - Federais	84.494	75.591
Tributos Estaduais		
ICMS	402.245	439.306
Subtotal - Estaduais	402.245	439.306
Tributos Municipais		
ISS	2.006	1.217
Subtotal - Municipais	2.006	1.217
Total - Outros tributos a pagar	488.745	516.114

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado, com exceção das debêntures - 24ª emissão (2ª série) que são registradas pelo valor justo por meio do resultado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

14.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

		31.03.2021								
		Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%(i))	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos:										
Moeda nacional										
FINEP 2 (i) - c.3	2024	TJLP+5,00	67	12.259	-	12.326	28.323	-	28.323	40.649
FUNCESP - Empréstimo financeiro - c.5	2028	IPCA +5,22%	6.907	104.557	-	111.464	653.480	-	653.480	764.944
Total - Moeda nacional			6.974	116.816	-	123.790	681.803	-	681.803	805.593
Moeda estrangeira										
BNP - c.4	2021	Dólar + 2,96	6.697	499.690	-	506.387	-	-	-	506.387
BNP II - a.1	2024	Dólar + 1,71	266	-	-	266	253.708	-	253.708	253.972
Total - Moeda estrangeira			6.963	499.690	-	506.653	253.706	-	253.706	760.359
Total - Empréstimos e financiamentos			13.937	616.506	-	630.443	935.509	-	935.509	1.565.952
Debêntures:										
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2	2021	111,02% do CDI	883	704.052	(692)	704.243	-	-	-	704.243
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	1.796	-	-	1.796	1.395.947	(3.931)	1.392.016	1.393.812
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+1,16	7.140	-	-	7.140	700.000	(8.167)	691.833	698.973
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (iii) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	12.678	-	-	12.678	898.163	(16.625)	881.538	894.216
Total - Debêntures			22.497	704.052	(692)	725.857	2.994.110	(28.723)	2.965.387	3.691.244
Total da dívida			36.434	1.320.558	(692)	1.356.300	3.929.619	(28.723)	3.900.896	5.257.196

		31.12.2020								
		Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%(i))	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos:										
Moeda nacional										
FINEP 2 (i)	2024	TJLP+5,00	76	12.071	-	12.147	31.468	-	31.468	43.615
FUNCESP - Empréstimo financeiro	2028	IPCA +5,22%	-	336.109	-	336.109	582.014	-	582.014	918.123
Total - Moeda nacional			76	348.180	-	348.256	613.482	-	613.482	961.738
Moeda estrangeira										
Tokio 4131	2021	Dólar + 1,48	789	168.893	-	169.682	-	-	-	169.682
Scotiabank 4131	2021	Dólar + 1,65	1.121	265.973	-	267.094	-	-	-	267.094
BNP	2021	Dólar + 2,96	2.704	450.494	-	453.198	-	-	-	453.198
Total - Moeda estrangeira			4.614	885.360	-	889.974	-	-	-	889.974
Total - Empréstimos e financiamentos			4.690	1.233.540	-	1.238.230	613.482	-	613.482	1.851.712
Debêntures:										
Debêntures - 14ª emissão	2021	CDI+2,62	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	2021	111,02% do CDI	4.282	704.052	(1.039)	707.295	-	-	-	707.295
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	2023	112,85% do CDI	8.707	-	-	8.707	1.395.948	(4.354)	1.391.594	1.400.301
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	2025	100% do CDI+1,16	2.385	-	-	2.385	700.000	(8.632)	691.368	693.753
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (iii)	2026	100% do IPCA+5,05%	4.237	-	-	4.237	928.342	(17,253)	911.089	915.326
Total - Debêntures			19.611	704.052	(1.039)	722.624	3.024.290	(30.239)	2.994.051	3.716.675
Total da dívida			24.301	1.937.592	(1.039)	1.960.854	3.637.772	(30.239)	3.607.533	5.568.387

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

(iii) A 24ª debêntures 2ª série é mensurada a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado, tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 31.1.1.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 3 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 48.754, com taxas contratuais que variam de 1,00% a 1,34%a.a. Quanto ao contrato com a FUNCESP, a dívida contará com seguro garantia ou fiança bancária como instrumento de garantia.

14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2021:

Referência	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	BNP 4131 II	R\$ 250.000	março de 2021	Dólar + 1,71% a.a.	Semestral	R\$ 250.000	março de 2024	Reforço de capital de giro

(a.1) Em 5 de março de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 44.014, correspondente ao valor de R\$ 250.000 com desembolso em 9 de março de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,71%a.a. e vencimento final em 11 de março de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o trimestre findo em 31 de março de 2021:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	TOKIO 4131	R\$ 215.000	março de 2020	Dólar + 1,36% a.a.	Única	R\$ 149.997	março de 2021	Reforço de capital de giro
b.2	SCOTIABANK 4131	R\$ 260.000	março de 2020	Dólar + 1,65% a.a.	Semestral	R\$ 260.000	março de 2021	Reforço de capital de giro

c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 31 de março de 2021:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000	maio de 2024	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão,
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 800.000	maio de 2026	
c.2	23ª EMISSÃO (1ª série)	R\$ 704.052	setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas
	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	R\$ 697.974 R\$ 697.974	setembro de 2022 setembro de 2023	
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	R\$ 41.448	novembro de 2017	TJLP - 1%	Mensal	Mensal	abril de 2024	
c.4	BNP 4131	R\$ 450.000	abril de 2020	Dólar + 2,96% a.a.	Semestral	R\$ 450.000	abril de 2021	Reforço de capital de giro
c.5	FUNCESP	R\$ 948.168	dezembro de 2020	IPCA + 5,22%	Trimestral	Trimestral (a partir de março/21)	Trimestral (a partir de março/21)	Saldamento parcial do plano de benefícios BD

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.787.901	53,39	2.787.014	50,26
TJLP	40.582	0,78	43.539	0,79
Taxa fixa	-	-	-	0,00
IPCA	1.639.575	31,40	1.829.212	32,98
Moeda estrangeira				
Dólar	753.396	14,43	885.360	15,97
Total	5.221.454	100,00	5.545.125	100,00

A Companhia possui operações com derivativo (swap) para troca de indexação de IPCA para CDI e dólar para CDI. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 31.1.1.

14.4 Em 31 de março de 2021, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2022	88.556	697.974	(11.030)	775.500
2023	118.432	697.974	(7.506)	808.900
2024	363.173	350.000	(5.041)	708.132
2025	104.651	350.000	(4.071)	450.580
2026	104.651	898.162	(1.075)	1.001.738
2027 em diante	156.046	-	-	156.046
	935.509	2.994.110	(28.723)	3.900.896

14.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	31.03.2021
	%
CDI (*)	2,65
SELIC (*)	2,65
TJLP (*)	4,44
IPCA (**)	2,05
Dólar (*)	5,70

(*) Índice do último dia do trimestre.

(**) Índice acumulado até a data base 31.03.2021.

14.6 Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Saldo inicial 31.12.2020	Efeito caixa			Efeito não caixa					Saldo final 31.03.2021		
	Atividade de financiamento		Atividade operacional	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação		Outras movimentações	
	Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros								
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP	43.615	-	(3.657)	(400)	-	392	-	-	-	699	40.649
FUNCESP - Empréstimo financeiro	918.123	-	(249.668)	(1.374)	56.642	9.803	-	-	-	30.044	764.944
Tokio Bank	169.682	-	(164.826)	-	-	489	-	16.031	-	-	-
SCOTIABANK	267.094	-	(295.018)	(2.461)	-	1.173	-	29.212	-	-	-
BNP	453.198	-	-	-	-	3.563	-	49.626	-	-	506.387
BNP II	-	250.000	-	-	-	266	-	3.706	-	-	253.972
Total - Empréstimos e financiamentos	1.851.712	250.000	(733.171)	(4.235)	56.642	15.686	-	98.575	-	30.743	1.565.952
Debêntures:											
Debêntures - 23ª emissão	2.107.596	-	-	(21.518)	-	11.207	-	-	770	-	2.098.055
Debêntures - 24ª emissão	1.609.079	-	-	-	20.976	13.196	(51.153)	-	1.091	-	1.593.189
Total - Debêntures	3.716.675	-	-	(21.518)	20.976	24.403	(51.153)	-	1.861	-	3.691.244
Total da dívida	5.568.387	250.000	(733.171)	(25.753)	77.618	40.089	(51.153)	98.575	1.861	30.743	5.257.196

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda nacional	Saldo inicial 31.12.2019	Efeito caixa			Efeito não caixa					Saldo final 31.03.2020
		Atividade de financiamento		Atividade operacional	Variação monetária	Encargos financeiros	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros						
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP	56.037	-	(4.673)	(649)	-	628	-	-	878	52.221
Notas promissórias - 6ª emissão - a.3	218.386	-	(215.000)	(5.275)	-	1.750	-	139	-	-
Tokio Bank	-	149.997	-	-	-	133	17.684	-	-	167.814
SCOTIABANK	-	260.000	-	-	-	-	4.064	-	-	264.064
Outros	-	-	-	(620)	-	620	-	-	-	-
Total - Empréstimos e financiamentos	274.423	409.997	(219.673)	(6.544)	-	3.131	21.748	139	878	484.099
Debêntures:										
Debêntures - 23ª emissão	2.125.867	-	-	(53.945)	-	23.753	-	734	-	2.096.409
Debêntures - 24ª emissão	1.487.122	-	-	-	12.058	16.630	-	1.060	-	1.516.870
Total - Debêntures	3.612.989	-	-	(53.945)	12.058	40.383	-	1.794	-	3.613.279
Total da dívida	3.887.412	409.997	(219.673)	(60.489)	12.058	43.514	21.748	1.933	878	4.097.378

14.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

(i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido^(*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado^(**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

Em 31 de março de 2021, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

15. Obrigações por arrendamento

Os saldos em 31 de março de 2021 das obrigações por arrendamento são demonstrados a seguir:

	31.03.2021	31.12.2020	Vencimento máximo	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento						
Veículos e outros meios de transporte	101.423	106.254	31/03/2027	35,43	Mensal	de 4,65% a.a até 9,45% a.a
Ativos de tecnologia	4.424	8.955	31/05/2022	17,00	Mensal	6,57% a.a
Imóveis	80.539	90.300	19/01/2027	35,00	Mensal	de 2,42% a.a até 13,39% a.a
Terrenos	4.132	4.465	01/01/2024	36,00	Mensal	de 7,82% a.a até 10,32% a.a
Total - Obrigação por arrendamento	190.518	209.974				
Circulante	46.817	56.034				
Não circulante	143.701	153.940				
	190.518	209.974				

Em 31 de março de 2021, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021		Total
	Principal	Juros	
Até um ano - 2021	61.990	(15.173)	46.817
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	119.557	(26.575)	92.982
Até 2 anos - 2022	49.244	(11.753)	37.491
Até 3 anos - 2023	37.703	(8.664)	29.039
Até 4 anos - 2024	32.610	(6.158)	26.452
2025 em diante	55.219	(4.500)	50.719
Total circulante e não circulante	236.766	(46.248)	190.518

A seguir é demonstrada a movimentação dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e das obrigações por arrendamentos:

Ativos de direito de uso

	Imóveis	Ativos de tecnologia	Veículos e outros meios de transporte	Terrenos	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83.490	32.517	109.498	5.301	230.806
Amortizações	(4.138)	(5.549)	(5.492)	(341)	(15.520)
Saldo em 31 de março de 2020	79.352	26.968	104.006	4.960	215.286
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.853	12.630	89.519	3.963	178.965
Remensuração	530	-	-	-	530
Amortizações	(4.094)	(5.982)	(4.788)	(344)	(15.208)
Saldo em 31 de março de 2021	69.289	6.648	84.731	3.619	164.287

Obrigações por arrendamento

Saldo inicial	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento	Atividade operacional	Saldo final	
31.12.2020					31.03.2021	
Obrigações por arrendamento	209.974	530	4.349	(19.986)	(4.349)	190.518
Total	209.974	530	4.349	(19.986)	(4.349)	190.518

Saldo inicial	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento	Atividade operacional	Saldo final	
31.12.2019					31.03.2020	
Obrigações por arrendamento	261.882	-	5.473	(13.968)	(5.519)	247.868
Total	261.882	-	5.473	(13.968)	(5.519)	247.868

16. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021	31.12.2020
Previdência privada		
Obrigação registrada com previdência privada	6.537.197	6.586.820
FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)		
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	113.972	110.332
Total obrigações com benefícios pós-emprego	6.651.169	6.697.152
Circulante	8.736	8.735
Não circulante	6.642.433	6.688.417
Total	6.651.169	6.697.152

16.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A FUNCESP administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

16.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.03.2021	31.12.2020
Confissão de dívida Ila	410.154	390.739
Confissão de dívida I Ib	212.896	202.818
Contrato de ajustes de reserva matemática	4.094.729	3.917.751
Total dos contratos	4.717.779	4.511.308
Diferença entre premissas	1.819.418	2.075.512
Total registrado	6.537.197	6.586.820

Detalhes dos contratos com a FUNCESP podem ser verificados na nota explicativa 16.1.1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

16.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

16.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

(a) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	Nota	31.03.2021	31.03.2020
Saldo inicial		6.697.152	5.994.781
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD		-	6.411
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS		1.773	2.047
Juros líquidos conforme laudo atuarial		117.182	103.305
Pagamento de contribuições BD e FGTS		(134.892)	(215.903)
Transferência para dívida financeira	16.1	(30.046)	-
Saldo final		6.651.169	5.890.641

(b) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres:

	31.03.2021	31.03.2020
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	-	6.411
Capitalização para infraestrutura em construção	(266)	(1.338)
Outras contribuições - Contribuição definida	1.854	1.113
Despesas nos períodos com entidade de previdência privada	1.588	6.186
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	252.530	268.167
Rendimento esperado dos ativos do plano	(135.348)	(164.862)
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	117.182	103.305
Total das despesas nos períodos	118.770	109.491

17. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros "custo amortizado", pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no trimestre findo em 31 de março de 2021 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	31.03.2021	31.12.2020
Depósitos judiciais - processos prováveis	305.514	299.703
Depósitos judiciais - processos possíveis	466.310	463.348
Depósitos judiciais - processos remotos	39.475	39.226
	811.299	802.277

Cartas de fiança, seguros garantia: A Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação a seguir:

Natureza	31.03.2021	
	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	1.966.558	0,20% a 3,00%
Cível	137.567	0,20% a 2,35%
Trabalhista	256.072	0,20% a 3,25%
Regulatório	255.752	0,20% a 1,75%

17.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2020	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.03.2021	Depósitos vinculados 31.03.2021	Depósitos vinculados 31.12.2020
Processos trabalhistas (a)	325.989	15.404	4.837	(19.841)	(3.823)	322.566	137.285	139.049
Processos cíveis (b)	241.378	21.700	7.931	(4.935)	(9.673)	256.401	10.748	7.352
Autos de infração - Fundação Procon (b1)	31.463	8.129	3.186	-	(25.715)	17.063	-	-
Multa de trânsito (b2)	55.284	-	5.931	-	-	61.215	-	-
Multas posturais (b3)	20.797	981	815	(78)	(10.314)	12.201	-	-
Processos cíveis (b4)	133.834	12.590	(2.001)	(4.857)	26.356	165.922	10.748	6.643
Processos regulatórios (c)	129.612	-	797	-	(3.663)	126.746	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	145.211	293	3.640	-	-	149.144	156.918	152.741
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	71.328	-	154	-	-	71.482	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	3.990	-	43	-	-	4.033	563	561
Processos ambientais (e)	4.721	364	95	(364)	-	4.816	-	-
Outros processos	8.744	54	1	(54)	-	8.745	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	930.973	37.815	17.498	(25.194)	(17.189)	943.933	305.514	299.703
Outras provisões (f)	-	92.289	-	-	(4.432)	-	87.857	-
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	930.973	130.104	17.498	(29.626)	(17.189)	1.031.790		
Circulante	168.917					193.528		
Não circulante	762.056					838.262		
Total	930.973					1.031.790		

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.03.2020	Depósitos vinculados 31.03.2020	Depósitos vinculados 31.12.2019
Processos trabalhistas (a):	334.661	17.426	4.528	(10.266)	(6.863)	339.486	161.981	194.294
Processos cíveis (b):	246.768	8.319	7.199	(4.742)	(16.140)	241.404	6.542	2.274
Processos regulatórios (c)	119.999	10.764	1.602	-	-	132.365	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	129.805	3.490	1.140	-	-	134.435	142.514	114.890
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	70.300	-	365	-	-	70.665	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	5.355	3	75	(9)	(39)	5.385	954	2.179
Processos ambientais (e)	4.565	333	367	(333)	-	4.932	-	-
Outros processos	10.639	84	2	(84)	-	10.641	-	-
Total	922.092	40.419	15.278	(15.434)	(23.042)	939.313	311.991	313.637
Circulante	348.486					288.914		
Não circulante	573.606					650.399		
Total	922.092					939.313		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) **Processos trabalhistas:**

A Companhia mantém provisão para 839 processos (838 em 31 de dezembro de 2020), compostos por processos de natureza previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Justiça Comum, pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 9 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2020) relacionados à supostas não conformidades, sendo 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 5 no âmbito judicial.

c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Junho 2020 - Desfavorável	20.200	9.429
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Judicialização do processo prevista para outubro de 2020	15.446	6.901
nº 0015/TN170	Mai de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	25.515	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.661	31.591
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão	17.847	51.235
Total				82.669	99.156

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A Companhia ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

O montante de R\$ 99.156 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	17.776	-
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nivel de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.075	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.571	2.488
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	11.036	2.818
			Outros	622	-
			Total	44.080	5.306

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos.

Após atuação junto a ANEEL, obteve-se uma relevante redução da multa do processo fiscalizatório de teleatendimento (CTA/CTO) Auto de Infração nº 1008/2018-SFE. A multa era inicialmente de R\$ 21.688 reduziu-se a penalidade para R\$ 17.776.

O montante de R\$ 5.306 é classificado como probabilidade de perda possível, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído até 2022. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia, mensalmente, deposita em juízo o valor em discussão.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

- e.1) Represa Guarapiranga:** Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.
- f) Outras provisões**

Durante o primeiro trimestre de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída no valor total de R\$ 92.289 milhões será realizada."

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor estimado da contingência	
	31.03.2021	31.12.2020
Processos cíveis (a)	654.812	578.244
Processos cíveis diversos	654.812	578.244
(a.1) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(a.2) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC	Não determinado	Não determinado
Arbitragem Neoenergia	Não determinado	Não determinado
Processos regulatórios	1.674.959	1.603.022
Devolução tarifária - Base Blindada	1.183.801	1.093.502
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	186.854	186.419
Autos de Infração - Indicadores de continuidade	105.215	104.935
Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	92.617	92.407
Autuações PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa	78.241	77.349
Outros processos regulatórios	28.230	48.409
Processos fiscais (b)	2.831.428	2.809.735
CSLL – base negativa	153.862	153.314
Execuções fiscais municipais – diversas	90.424	88.961
PIS – Estatuto da decadência	243.836	243.674
COFINS – anistia	162.491	162.340
(b.1) COFINS – Multa de Ofício	70.786	70.786
Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos	191.799	188.920
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	173.577	173.312
PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	660.151	659.565
FINSOCIAL	226.898	226.424
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	159.747	158.969
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	138.420	137.976
Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015	151.038	145.015
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	69.468	46.314
Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	245.078	236.450
Débitos de IUUE - Imposto único sobre energia elétrica	41.605	41.507
Outros processos fiscais	52.248	76.208
Processos trabalhistas (c)	944.055	925.492
(c.1) Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
(c.2) Ações de periculosidade - Sede barueri	132.203	129.693
Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	115.314	115.133
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	64.193	64.078
Contribuição Previdenciária – SAT	44.053	43.878
Outros processos trabalhistas	588.292	572.710

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Processos cíveis:

(a.1) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais: O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. A Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

- (a.2) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC:** Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em março de 2018, a Companhia apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da Companhia em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a Companhia apresentou recurso ao STJ. Em 02 de janeiro de 2021 foi publicada decisão determinando a suspensão do recurso especial da Companhia, em razão de ter sido somente tratado os requisitos para a indenização em dobro, e o tema ter sido designado como repetitivo pelo STJ (RESp 1.585.736/RS). Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(b) Processos fiscais:

- (b.1) COFINS – Multa de ofício:** Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A Companhia opôs Embargos de Declaração, que não foram acolhidos em acórdão publicado em março de 2021. A Companhia recorreu aos Tribunais Superiores. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.

(c) Processos trabalhistas:

- (c.1) Ação civil pública – Terceirização:** Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho e, em 11 de fevereiro de 2021, o

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

processo foi julgado favoravelmente à Companhia. Aguarda-se, neste momento, eventual recurso do Ministério Público do Trabalho.

Os advogados que patrocinam a Companhia na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

(c.2) Ações de periculosidade – Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Caberá, ainda, recurso do Sindicato à Corte Superior do Trabalho.

Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de março de 2021 de R\$ 132.202 (R\$ 129.653 em 31 de dezembro de 2020), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	170.978	137.393
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	18.1	2.595	2.948
Ministério de Minas e Energia	18.1	1.298	1.474
Eficiência energética	18.1	286.631	301.697
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		1.659	1.659
Outros encargos		62	61
Total		463.223	445.232
NÃO CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	37.586	27.561
Total		37.586	27.561

18.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

19. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a..

A seguir é apresentado o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2021	3ª - Eletrobras	300.000	358.388
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	358.388
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	298.657
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	48.871
			1.064.304

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos. A Companhia possui dois processos judiciais que discutiram a tese.

No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de março de 2021 o montante compensado de R\$ 633.016 (R\$ 180.871 durante o trimestre findo em 31 de março de 2021), e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	8	799.380	781.381
<u>Ativo não circulante</u>	8	5.927.343	6.107.700
Total Ativo		6.726.723	6.889.081
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		799.082	781.381
<u>Passivo não circulante</u>		6.529.955	6.529.143
Total Passivo		7.329.037	7.310.524
		31.03.2021	31.03.2020
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	-	(1.903.456)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	-	1.903.456
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		18.513	386.761
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(18.513)	(386.761)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		-	-

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2019	5.005.317	4.974.076
Adições	1.903.456	1.903.456
Atualização	386.761	386.761
Outros	-	(210)
Saldo em 31.03.2020	7.295.534	7.264.083
Saldo em 31.12.2020	6.889.081	7.310.524
Atualização	18.513	18.513
Compensações	(180.871)	-
Saldo em 31.03.2021	6.726.723	7.329.037

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em dezembro de 2020), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 Composição acionária

Acionistas:	31.03.2021		31.12.2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
ENEL Brasil S.A	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

21.3 Reservas de capital

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
Reserva especial - gerada por incorporações	9.3	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
Total		2.268.430	2.268.430

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 9.3.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
Ajuste de avaliação patrimonial		1.103.739	1.129.504
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(375.272)	(384.032)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		728.467	745.472
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(6.847.824)	(6.847.824)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		53	53
Outros resultados abrangentes - derivativo	31.1.1	(15.387)	(3.920)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.333.475	2.329.576
Outros resultados abrangentes, líquido		(4.529.683)	(4.522.115)
Total registrado no patrimônio líquido		(3.801.216)	(3.776.643)

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021	31.03.2020
Numerador:		
Lucro líquido do período	136.537	155.231
Denominador (em milhares de ações):		
Número de ações ordinárias	197.467	197.467
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	0,69144	0,78611

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria.

23. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os principais componentes da receita operacional líquida estão detalhados na nota explicativa nº 23 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	31.03.2021			31.03.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.955.502	4.185.494	2.946.868	6.905.409	4.049.903	2.785.735
Industrial	25.087	520.571	338.592	25.676	624.327	382.433
Comercial	401.164	2.068.381	1.400.018	410.048	2.580.054	1.650.354
Rural	563	7.815	2.278	570	8.108	2.306
Poder público	15.704	238.643	139.728	15.701	286.868	160.321
Iluminação pública	2.585	184.526	74.535	2.959	187.945	72.051
Serviço público	1.373	89.961	50.976	1.401	113.120	59.447
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.408.192)	-	-	(2.377.085)
Subtotal - fornecimento	23.1	7.401.978	7.295.390	7.361.764	7.850.325	2.735.562
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	23.1/23.2	-	-	-	-	(91.518)
PIS/COFINS consumidores a restituir	20	-	-	-	-	(1.903.456)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	-	-	-	1.903.456
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	23.2	-	-	-	-	2.377.085
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	23.2	2.422	3.061.552	1.683	2.819.922	446.255
(-) DIC/FIC/DIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	23.2	-	-	-	-	(15.483)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	23.3	-	416.309	-	183.341	(36.762)
Receita de construção	23.4	-	-	-	-	202.061
Aluguel de poste	23.5	-	-	-	-	37.043
Receitas com partes relacionadas	29.1	-	-	-	-	293
Outras receitas	23.6	-	-	-	-	7.588
Total receitas - originadas de contratos com clientes		7.404.400	10.773.252	7.363.447	10.853.888	5.662.124
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	23.7	-	-	-	-	95.278
Ativo e passivo financeiro setorial	11/23.8	-	-	-	-	7.851
Atualização do ativo financeiro da concessão	10.2	-	-	-	-	43.754
Total outras receitas		-	-	-	-	146.883
Receita operacional bruta		7.404.400	10.773.252	7.363.447	10.853.888	5.809.007
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	-	-	(33.929)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	-	(559.887)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	-	-	-	(26.172)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	-	-	-	(35.663)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	-	(4.738)
ICMS	23.9	-	-	-	-	(1.033.411)
COFINS - corrente	23.9	-	-	-	-	(371.455)
PIS - corrente	23.9	-	-	-	-	(80.596)
ISS	23.9	-	-	-	-	(46)
Total das deduções da receita operacional bruta		-	-	-	-	(2.145.897)
Receita operacional líquida		7.404.400	10.773.252	7.363.447	10.853.888	3.663.110

(*) Não revisado pelos auditores independentes

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

Nota	31.03.2021				
	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(242.445)	-	(25.301)	-	(267.746)
Entidade de previdência privada	(1.300)	-	(288)	-	(1.588)
Material	(13.576)	-	105	-	(13.471)
Serviços de terceiros	(183.744)	-	(43.877)	-	(227.621)
Energia elétrica comprada para revenda	25	(2.078.135)	-	-	(2.078.135)
Encargos do uso do sistema de transmissão	25	(733.630)	-	-	(733.630)
Depreciação e amortização	(131.120)	-	(30.577)	-	(161.697)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(110.708)	-	-	(110.708)
Custo de construção	(277.075)	-	-	-	(277.075)
Provisão para processos judiciais e outros	(4.888)	-	(8.027)	-	(12.915)
Outras receitas (despesas) operacionais	(78.236)	-	-	53.931	(24.305)
Total	(3.744.149)	(110.708)	(107.965)	53.931	(3.908.891)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.03.2020					
Nota	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(159.382)	-	(24.680)	-	(184.062)
Entidade de previdência privada	(5.766)	-	(420)	-	(6.186)
Material	(27.495)	-	(201)	-	(27.696)
Serviços de terceiros	(104.965)	-	(46.312)	-	(151.277)
Energia elétrica comprada para revenda	25 (2.003.186)	-	-	-	(2.003.186)
Encargos do uso do sistema de transmissão	25 (413.179)	-	-	-	(413.179)
Depreciação e amortização	(133.150)	-	(33.855)	-	(167.005)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(104.108)	-	-	(104.108)
Custo de construção	(202.061)	-	-	-	(202.061)
Provisão para processos judiciais e outros	(332)	-	(24.701)	-	(25.033)
Outras receitas (despesas) operacionais	(43.242)	-	-	29.539	(13.703)
Total	(3.092.758)	(104.108)	(130.169)	29.539	(3.297.496)

25. Custo do serviço de energia elétrica

Nota	MWh		R\$	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	1.912.756	2.069.385	(715.987)	(692.363)
ANGRA 1 e 2	364.703	386.065	(85.416)	(107.810)
Compra - CCEAR	4.504.061	4.517.896	(1.006.706)	(1.018.379)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	29.1 49.997	62.814	(9.756)	(12.085)
Quotas de garantia física	2.496.922	2.370.069	(269.558)	(249.686)
Risco hidrológico	-	-	(140.174)	(84.915)
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	16.430	21.768
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	199.102	192.468
Subtotal	9.328.439	9.406.229	(2.012.065)	(1.951.002)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	154.220	178.197	(66.070)	(52.184)
Total	24 9.482.659	9.584.426	(2.078.135)	(2.003.186)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:

Nota	31.03.2021	31.03.2020
Uso da rede básica	(427.401)	(360.503)
Uso da rede básica - partes relacionadas	29.1 (3.296)	(4.534)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EEER	25.1 (279.504)	(3.521)
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(61.207)	(52.795)
Operador Nacional do Sistema - ONS	(8.025)	(7.705)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(2.979)	(2.508)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(25.960)	(23.719)
(-) Créditos de PIS/COFINS	74.742	42.106
Total	(733.630)	(413.179)

25.1 O aumento de encargos do serviço do sistema é devido pela baixa hidrologia, onde houve um maior despacho fora de ordem de mérito e importação de compra de energia dos países Argentina e Uruguai.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	31.03.2021	31.03.2020
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos		289	(14)
Arrendamentos e aluguéis		(4.222)	(2.894)
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	28.1	-	(227)
Seguros		(4.439)	(1.783)
Tributos		(6.940)	(8.923)
Compartilhamento de infraestrutura outros - partes relacionadas	28.1	-	(64)
Doações, contribuições e patrocínios		(1.073)	(1.047)
Tarifa bancária		(14.491)	(13.279)
Publicidade		-	(130)
Perdas na desativação de bens e direitos		(2.264)	(1.377)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(6.305)	(5.542)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2	(4.180)	(1.754)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(2.679)	(1.915)
Despesas Indedutíveis		(575)	-
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		30.267	31.091
Penalidades - devoluções a consumidores		(2.014)	(1.661)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(2.981)	(350)
Taxa de contribuição CCEE		(895)	-
Outros		(1.803)	(3.834)
Total		(24.305)	(13.703)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

	Nota	31.03.2021	31.03.2020
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		3.263	6.894
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	50.873	28.738
Subvenções governamentais		699	878
Atualização de créditos tributários	8.1	86	262
Atualização monetária dos depósitos judiciais		4.682	8.520
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	11	1.667	13.911
Variação monetária Swap - Debêntures		20.977	12.061
Ajuste ao valor de mercado - Debêntures		51.153	-
Juros Swap - Debêntures		3.162	-
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		218	3.465
Outras receitas financeiras		6.410	3.883
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(3.079)	(2.448)
Subtotal		140.111	76.164
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(41.950)	(45.447)
Variação monetária - Debêntures		(20.976)	(12.058)
Variação monetária - Empréstimos		(56.642)	-
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos		(56.384)	-
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira		(2.300)	-
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(4.349)	(5.473)
Subvenções governamentais		(699)	(878)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(1.906)	(2.308)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	1.072	1.097
Cartas de fiança e seguros garantia		(7.819)	(7.717)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(21.894)	(3.891)
Atualização monetária - energia livre		(301)	(655)
Atualização acordo Eletrobras		(7.663)	(17.194)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	16.2	(117.182)	(103.305)
Comissão de fiança - partes relacionadas	29.1	(1.061)	(1.096)
Outras despesas financeiras		(14.775)	(4.538)
Subtotal		(354.829)	(203.463)
Variações cambiais, líquidas			
Variações cambiais - Empréstimos		(98.574)	(21.748)
Variações cambiais - Swap Empréstimos		98.575	21.748
Variações cambiais - outras		(320)	(1.410)
Subtotal		(319)	(1.410)
Total do resultado financeiro		(215.037)	(128.709)

- 27.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

28. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.03.2021		31.03.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(5.799)	(2.160)	(16.207)	(5.997)
Diferidos	(47.079)	(16.950)	(43.728)	(15.742)
Total	(52.878)	(19.110)	(59.935)	(21.739)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	208.525	208.525	236.905	236.905
Adições:				
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Doações	38	38	71	71
Gratificação a administradores	259	259	555	555
Perdas indedutíveis no contas a receber	1.836	1.836	1.792	1.792
Perdas na baixa de bens e direitos	-	-	60	60
Multas indedutíveis	994	994	537	537
Despesas indedutíveis	574	574	1.519	1.519
Salário maternidade e paternidade	85	85	102	102
Total das adições	3.786	3.786	4.636	4.636
Base de cálculo	212.311	212.311	241.541	241.541
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(53.080)	(19.110)	(60.385)	(21.739)
Incentivos	196	-	444	-
Compensação de base de cálculo	6	-	6	-
Total da despesa com tributos	(52.878)	(19.110)	(59.935)	(21.739)
Alíquota efetiva	25,4%	9,2%	25,3%	9,2%

29. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020.

29.1 Partes relacionadas

Ativos e receitas:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita	
				31.03.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X	Controle comum	Conforme demanda	99	34	76	293
Reembolso Expatriados	Enel Chile	Controle comum		1.324	1.154	171	169
	Enel Spa	Controle comum		324	324	-	40
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	COELCE CIA. ENERGÉTICA	Controle comum		4.911	4.690	-	267
	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	Controle comum		2.140	1.925	-	260
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum		102	89	-	14
	ENEL GREEN POWER BRASIL	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	2.219	2.136	-	157
	Enel Brasil	Controladora		483	196	-	86
	Enel Fortaleza	Controle comum		9	-	-	11
	CELG DISTRIBUICAO S/A	Controle comum		6.585	6.462	-	2.311
	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CACHOEIRA DOURADA	Controle comum		11	-	-	12
CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO	Controle comum		347	326	-	27	
				Outros créditos:	18.554	17.336	-
				Total receita operacional - nota explicativa nº 23:	-	-	76
				Pessoal e administradores:	-	-	171
				Materiais:	-	-	21
				Serviços de terceiros:	-	-	120
				Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 26:	-	-	1.012

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa		
				31.03.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020	
Suprimento de energia - CCGF	ENEL Green Power Paranapanema S.A.	Controle comum	R\$ 3.651	Resolução Homologatória nº 2.492/2018 da ANEEL	304	309	(862)	(831)
	ENEL Green Power Mourao S.A.	Controle comum	R\$ 1.040	Resolução Homologatória nº 2.492/2018 da ANEEL	86	90	(244)	(237)
	ENEL Green Power Volta Grande S.A.	Controle comum	R\$ 27.136	Resolução Homologatória nº 2.492/2018 da ANEEL	2.243	2.355	(6.738)	(6.574)
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Controle comum	R\$ 994	Até o final da concessão	118	106	(263)	(245)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum	R\$ 2.603	Até o final da concessão	-	-	-	(2.602)
	ENEL Green Power da Fazenda S.A.	Controle comum	R\$ 665	Até o final da concessão	79	71	(176)	(164)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.052	Até o final da concessão	228	237	(539)	(533)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.132	Até o final da concessão	211	220	(500)	(495)
ENEL Green Power Salto Apiaças S.A.	Controle comum	R\$ 1.640	Até o final da concessão	195	175	(434)	(404)	
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Controle comum	R\$ 15.608	Até o final da concessão	1.105	1.209	(3.295)	(4.534)
Comissão de fiança	Enel Brasil S.A.	Controladora	0,20% sobre saldo dívida	Julho de 2019 a setembro de 2023	860	1.791	(1.061)	(1.096)
	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum			-	-	-	(2.720)
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	AMPLA Energia e Serviços S.A.	Controle comum			4.080	3.851	-	(1.316)
	ENEL CIEN S.A.	Controle comum			237	206	-	(20)
	CELG Distribuição S.A.	Controle comum			4.888	4.888	-	(240)
	Enel Brasil	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	7.368	6.055	-	(1.634)
	ENEL GREEN POWER BRASIL Participações	Controle comum			722	722	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum			174	155	-	(70)
	COELCE-CIA. Energética	Controle comum			514	514	-	(7)
ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.	Controle comum			1.773	1.773	-	(907)	
Expatriados	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	6.527	4.276	(2.251)	-
	ENEL CHILE S.A.	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	47	-	(47)	-
Prestação de serviços técnicos e de gestão	Enel Brasil	Controladora	R\$ 155.504	Março de 2025	72.584	61.466	-	(5.157)
Dividendos	Enel Brasil	Controladora	R\$ 60.834		60.834	60.834	-	-
					Fornecedores - nota explicativa nº 12:	103.483	88.678	-
					Outras obrigações:	860	1.791	-
					Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:	60.834	60.834	-
					Custo do serviço de energia elétrica - nota explicativa nº 25:	-	-	(13.052)
					Pessoal e administradores:	-	-	(5.814)
					Materiais:	-	-	(47)
					Serviços de terceiros:	-	-	(5.489)
					Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 26:	-	-	(721)
					Resultado financeiro nota explicativa nº 27:	-	-	(1.061)

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2492/2018 para o ano de 2021 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº 2746/2020. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2021.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o trimestre findo em 31 de março de 2021.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros. No entanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, contudo, não constam no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil. O referido contrato possui preço total estimado de R\$ 155.504 para o prazo de 5 anos, a contar da data da anuência da ANEEL, que ocorreu em 20 de fevereiro de 2020, conforme os termos do Despacho nº 560.

Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Receita/Despesa	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.03.2020
Plano de previdência	FUNCESP	6.537.197	6.586.820	(117.182)	(109.716)
Empréstimo financeiro	FUNCESP	764.944	918.123	-	-
	Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16:	6.537.197	6.586.820	(117.182)	(109.716)
	Empréstimos, financiamentos e debêntures - nota explicativa nº 14:	764.944	918.123	-	-

29.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, a provisão para remuneração, reconhecida no resultado dos exercícios, é como segue:

Descrição:	31.03.2021	31.03.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	1.213	2.455
Total	1.213	2.455

30. Seguros

Em 31 de março de 2021, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização/garantia
	de	até		
Riscos operacionais	31-out-2020	31-out-2021	R\$ 4.881.982	R\$ 6.760.700
Responsabilidade civil geral	31-out-2020	31-out-2021	N/A	R\$ 115.888
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10-nov-2020	10-nov-2021	N/A	R\$ 678.824
Riscos ambientais	1-nov-2020	1-nov-2021	N/A	R\$ 135.214
Frota de veículos - RCF	31-mai-2020	31-mai-2021	N/A	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

	Período de vigência		Importância segurada		Limite máximo de indenização/garantia
	de	até	Morte natural	Morte acidental	
Vida em grupo	1-jan-2020	31-dez-2021	25 x salário	50x salário	R\$ 1.833

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1 Instrumentos financeiros

31.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	31.03.2021		31.12.2020		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	808.180	808.180	2.095.811	2.095.811	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	38.438	38.438	38.940	38.940	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - Cash flow hedge		41.288	41.288	21.442	21.442	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Operação com derivativo - Fair value hedge		74.492	74.492	97.248	97.248	Valor justo por meio do resultado
Consumidores, revendedores e outros	5	2.672.885	2.672.885	2.645.272	2.645.272	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6	516.338	516.338	529.032	529.032	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	17	811.299	811.299	802.277	802.277	Custo amortizado
Ativo contratual	10.1	729.324	729.324	545.741	545.741	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	10.2	5.410.209	5.410.209	5.247.418	5.247.418	Valor justo por meio do resultado
Ativo financeiro setorial	11	1.985.887	1.985.887	1.587.388	1.587.388	Custo amortizado
Total		13.088.340	13.088.340	13.610.569	13.610.569	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	12	1.934.960	1.934.960	2.505.707	2.505.707	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	4.362.980	4.443.554	4.653.061	4.545.125	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures marcadas a mercado	14	894.216	910.841	915.326	932.579	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - Cash flow hedge		3.914	3.914	2.316	2.316	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Operação com derivativo - Fair value hedge		9.487	9.487	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	1.064.304	1.064.304	1.056.640	1.056.640	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Obrigações com arrendamento	15	190.518	190.518	209.974	209.974	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		60.834	60.834	-	-	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	11	1.582.465	1.582.465	1.584.497	1.584.497	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		10.103.678	10.200.877	10.907.521	10.816.838	

Caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal. Investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa - curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para o cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Vale ressaltar que a diferença entre o valor contábil e o valor justo da dívida marcada a valor justo por meio do resultado corresponde a custos de transação na obtenção dessa dívida.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as demais rubricas, não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado, pois não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das debêntures e proteção à variação cambial dos empréstimos captados no exterior (operações 4131), que resultam de posições passivas vinculada à variação do IPCA e a variação cambial do dólar. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda e (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxa flutuante (*swap* de IPCA para CDI). São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

(i) *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) *Hedge* de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". As variações

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do *hedge* de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2021 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	Fair value hedge	IPCA	CDI	800.000
BNP	17/04/2020	19/04/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	450.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	250.000
Itaú	30/04/2021	16/04/2029	Fair value hedge	IPCA	CDI	720.000

Os valores das curvas e de mercado dos contratos de derivativo (*swap*) em 31 de março de 2021 estão detalhados a seguir:

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes	Resultado
Bradesco	71.502	74.491	-	2.989
BNP	49.274	40.872	(8.401)	-
BNP II	3.488	(3.498)	(6.986)	-
Itaú	-	(9.486)	-	(9.486)
Total	124.264	102.379	(15.387)	(6.497)

A diferença entre o valor na curva (*accrued*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de março de 2021, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

	31.03.2021	31.12.2020
Operação com instrumento derivativo		
<u>Ativo circulante</u>	46.043	23.718
<u>Ativo não circulante</u>	69.736	95.656
Total Ativo	115.779	119.374
Operação com instrumento derivativo		
<u>Passivo circulante</u>	(633)	(3.000)
<u>Passivo não circulante</u>	(12.767)	-
Total Passivo	(13.400)	(3.000)
	102.379	116.374

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial.

Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual	Total
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	894.216
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	(871.187)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	796.695
		819.724
BNP 4131	USD + 2,96% a.a.	506.387
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,96% a.a.	(498.207)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,60% a.a.	457.335
		465.515
BNP II 4131	USD + 1,71% a.a.	253.972
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,71% a.a.	(252.013)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,75% a.a.	255.512
		257.471
Itaú		
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,26% a.a.	(34.151)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93% a.a.	43.637
		9.486

A seguir é apresentada a movimentação dos trimestres:

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.374
Recebimentos de principal	(69.849)
Provisão de encargos - juros	862
Pagamento de encargos - juros	3.291
Varição monetária	20.977
Varição cambial	98.575
Marcação a mercado no resultado	(56.384)
Marcação a mercado no PL	(11.467)
Saldo em 31 de março de 2021	102.379

Vale ressaltar que os recebimentos de principal são reconhecidos como atividade de financiamento nas demonstrações de fluxo de caixa, enquanto os pagamentos de juros são reconhecidos como saída de caixa nas atividades operacionais.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.607
Provisão de encargos - juros	(1.738)
Varição monetária - Swap	12.061
Varição cambial - Swap	21.747
Marcação a mercado no PL	(37.234)
Saldo em 31 de março de 2020	43.443

31.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	31.03.2021				31.12.2020			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	38.438	-	38.438	-	38.940	-	38.940	-
Ativo financeiro da concessão	5.410.209	-	-	5.410.209	5.247.418	-	-	5.247.418
Operação com derivativo - Cash flow hedge	37.374	-	37.374	-	19.126	-	19.126	-
Operação com derivativo - Fair value hedge	65.005	-	65.005	-	97.248	-	97.248	-
Debêntures marcadas a mercado	894.216	-	894.216	-	915.326	-	915.326	-
Total	6.445.242	-	1.035.033	5.410.209	6.318.058	-	1.070.640	5.247.418

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco do Grupo Enel conta com um de e um de para a América Latina, que tem as seguintes funções: aprovar as políticas de risco propostas pela área de *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2021 é:

	Nota	31.03.2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	808.180
Investimentos de curto prazo	b.1.1	38.438
Depósitos vinculados	b.1.1	811.299
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.672.885
Contas a receber - acordos	b.1.2	516.338
Ativo financeiro setorial	b.1.3	1.985.887
Ativo contratual	b.1.3	729.324
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	5.410.209
Operação com derivativo	b.1.4	102.379
Total da exposição		13.074.939

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Os depósitos vinculados são efetuados em bancos da união, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito relacionado a tais depósitos

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes, que é calculado individualmente por banco e por companhia.

(b.2) **Gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	14	1.565.952	1.851.712
Debêntures	14	3.691.244	3.716.675
Operação com instrumento derivativo	31.1.1	(102.379)	(116.374)
Caixa e equivalentes de caixa	4	(808.180)	(2.095.811)
Investimentos de curto prazo	4	(38.438)	(38.940)
Dívida líquida		4.308.199	3.317.262
Patrimônio líquido		2.656.870	2.699.038
Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)		61,85%	55,14%

Do endividamento financeiro total em 31 de março de 2021, 25,8% era de curto prazo (35,2% em 31 de dezembro de 2020) e o prazo médio era de 2,65 anos (2,52 anos em 31 de dezembro de 2020).

(b.3) **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de março de 2021	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.934.960	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	526.127	26.226	125.737	944.028	324.990
Debêntures	-	26.896	827.649	2.533.167	883.255
Operações com instrumento derivativo	(49.019)	(5.471)	13.278	201.414	(43.892)
Obrigações por arrendamento	3.873	7.746	35.198	92.982	50.719
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	60.834	-	-	-
Total	2.415.941	116.231	1.001.862	3.771.591	1.215.072

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de março de 2021, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* descritos na nota explicativa nº 14.7.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices. Em 31 de março de 2021 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de março de 2021 é:

	31.03.2021
Equivalentes de caixa	703.779
Investimentos de curto prazo	38.438
Empréstimos e financiamentos	(1.565.952)
Debêntures	(3.691.244)
Operação com derivativo	102.379
Total da exposição líquida	(4.412.600)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nas projeções de 31 de março de 2021 da B3 dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, foi definido como o cenário provável e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.03.2021	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			1,33%	1,99%	2,65%	3,31%	3,98%
Equivalentes de caixa	CDI	703.779	9.360	14.005	18.650	23.295	28.010
Investimentos de curto prazo	CDI	38.438	511	765	1.019	1.272	1.530
Subtotal		742.217	9.871	14.770	19.669	24.567	29.540

Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 31.03.2021	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI							
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	(704.242)	(6.443)	(9.624)	(12.778)	(15.906)	(19.009)
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.393.813)	(30.937)	(46.166)	(61.241)	(76.164)	(90.938)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(698.973)	(19.761)	(26.724)	(33.624)	(40.461)	(47.236)
TJLP							
FINEP 2	TJLP+5,00% a.a.	(40.649)	(483)	(922)	(1.357)	(1.788)	(2.214)
IPCA							
VIVEST	IPCA + 5,22%	(764.944)	(39.610)	(39.911)	(40.210)	(40.508)	(40.805)
Contrato de Swap							
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(894.216)	(61.056)	(73.382)	(85.546)	(97.553)	(109.407)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	871.187	58.398	70.187	81.822	93.306	104.644
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,72%	(796.695)	(21.630)	(29.474)	(37.247)	(44.949)	(52.582)
BNP 4131	USD + 2,96% a.a.	(506.387)	25.677	9.157	(2.908)	(12.467)	(20.410)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,96% a.a.	498.207	(25.262)	(9.009)	2.861	12.266	20.081
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,60% a.a.	(457.335)	(1.110)	(1.360)	(1.608)	(1.855)	(2.101)
BNP 4131 II	USD + 2,96% a.a.	(253.972)	155.439	56.045	(16.541)	(74.054)	(121.848)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,96% a.a.	252.013	(154.241)	(55.613)	16.413	73.483	120.906
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,60% a.a.	(255.512)	(7.013)	(9.529)	(12.022)	(14.492)	(16.940)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,26% a.a.	34.151	52.349	62.556	72.630	82.573	92.390
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,93%	(43.637)	(22.326)	(29.847)	(37.299)	(44.682)	(51.999)
Subtotal		(5.154.817)	(98.009)	(133.616)	(168.655)	(203.251)	(237.466)
Total da exposição líquida		(4.412.600)	(88.138)	(118.846)	(148.986)	(178.684)	(207.926)

(b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar.

A Companhia possui contratos de dívida em dólar cobertos por operações de swap para troca de indexadores do dólar para CDI, dessa forma, não tem risco de variação cambial. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2021 (reais). Para mais detalhes vide nota 30.1.1.

	31.03.2021
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	760.359
Exposição patrimonial	760.359
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(750.220)
Exposição cambial total	10.139

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição às taxas de câmbio	31.03.2021	
	Moeda estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	81.810	466.095
Passivo líquido exposto	81.810	466.095

(b.4.3) Risco de preço

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 30 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020, e aprovou reajuste positivo de +15,60%, composto por reajuste econômico de +15,27% e componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23% e apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	6,00%
Baixa Tensão	3,58%
Efeito Médio	4,23%

Vale destacar o componente financeiro negativo relativo à antecipação dos efeitos da CONTA-COVID de R\$ 1.292.527, o qual refere-se: CVA energia não amortizada; CVA em constituição até o mês de competência de junho de 2020; e neutralidade das competências de abril e maio de 2020. Caso não houvesse a consideração deste componente financeiro, o reajuste médio teria sido de 12,2% ao invés de 4,23%.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2020 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, existem dois principais fatores que contribuíram para esta. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora. O risco de impacto acima do limite de 105% considerando o referido despacho é equivalente a R\$ 82.257 (valor atualizado de R\$ 112.789 em 31 de março de 2021) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL o ano de 2016.

Após o referido despacho, a Companhia atualizou o parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, mantendo o entendimento de que se trata de sobrecontratação involuntária.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

32. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

32.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	31.03.2021
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	180.871

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.03.2021	31.03.2020
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	24.681	59.392
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	1.072	1.097
Pagamento de juros	25.753	60.489

Dividendos: Em 28 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de dividendos com base na reserva de lucros no montante total de R\$ 171.137, sendo o efetivo pagamento realizado no trimestre findo em 31 de março de 2021.

33. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 32 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- contratos de compra de energia elétrica;
- contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- contratos de arrendamentos.

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no trimestre findo em 31 de março de 2021.

34. Eventos subsequentes

34.1 Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2021 foi aprovada a destinação do resultado do exercício de 2020, a qual segue: face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, no montante total de R\$980.816 que: (a) acrescido

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$71.212; (b) acrescido do montante relativo a dividendos e juros sobre capital próprio prescritos no valor de R\$129; e (c) tendo em vista que o saldo da reserva legal acrescido do montante da reserva de capital atingiu limite de 30% do capital social da Companhia, nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, nos termos do artigo 193, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, perfaz um lucro líquido ajustado de R\$1.052.157, que será destinado da seguinte forma:

- a) o montante de R\$ 195.300 declarado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de dezembro de 2020, à título de juros sobre o capital próprio imputáveis ao dividendo obrigatório, conforme dispõe o artigo 26, §2º do Estatuto Social da Companhia;
- b) o montante de R\$36.200 foi declarado à título de dividendos intercalares, em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de dezembro de 2020
- c) o montante de R\$60.834, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, será declarado como dividendo obrigatório, conforme dispõe o artigo 26, §2º do Estatuto Social da Companhia;
- (d) após a dedução do dividendo obrigatório, o montante de R\$759.823 será declarado como dividendos complementares ao dividendo obrigatório.

34.2 Emissão 25ª debêntures

Em 19 de março de 2021 a Companhia fechou a proposta da 25ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 720.000, com desembolso para 30 de abril de 2021, a uma taxa de IPCA + 4,26% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2031. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 4,26% a.a. para CDI + 0,93% a.a. O swap tem vigência com início em 30 de abril de 2021 e vencimento em 15 de abril de 2031.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2021.

Barueri, 30 de abril de 2021.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Rosario Zaccaria

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretora de Mercado

Margot Frota Cohn Pires

Diretora de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2021.

Barueri, 30 de abril de 2021.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Rosario Zaccaria

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretora de Mercado

Margot Frota Cohn Pires

Diretora de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora Jurídico